

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Kleber Trevisam

**A TRAJETÓRIA DE UM CURSO EM SOROCABA: DA ESCOLA
SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA À FACULDADE DE EDUCAÇÃO
FÍSICA DA ACM**

Sorocaba/SP

2010

Kleber Trevisam

**A TRAJETÓRIA DE UM CURSO EM SOROCABA: DA ESCOLA
SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA À FACULDADE DE EDUCAÇÃO
FÍSICA DA ACM**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora
do Programa de Pós Graduação em Educação
da Universidade de Sorocaba, como exigência
parcial para obtenção do título de Mestre em
Educação

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vania Regina Boschetti

Sorocaba/SP

2010

Ficha Catalográfica

Trevisam, Kleber

T739t A trajetória de um curso em Sorocaba : da Escola Superior de Educação à Faculdade de Educação Física da ACM / Kleber Trevisam. -- Sorocaba, SP, 2010.

67 f. : il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vania Regina Boschetti

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2010.

Kleber Trevisam

**A TRAJETÓRIA DE UM CURSO EM SOROCABA: DA ESCOLA
SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA À FACULDADE DE EDUCAÇÃO
FÍSICA DA ACM**

Dissertação aprovada como requisito parcial
para obtenção do grau de mestre no Programa
de Pós Graduação em Educação da
Universidade de Sorocaba.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Pres.: Prof^a. Dr^a. Vania Regina Boschetti -
Uniso

1º Exam.: Prof. Dr. José Luis Sanfelice -
Unicamp

2º Exam.: Prof. Dr. Wilson Sandano - Uniso

Sorocaba/SP
2010

Dedico este trabalho a minha família e
amigos pelo apoio e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente ajudaram na elaboração deste trabalho, minha família e amigos que sempre me incentivaram a manter focado no desenvolvimento do trabalho.

À minha querida esposa Cristina, pelo incentivo constante e pelos momentos que passamos juntos revisando os textos.

À Profa. Bernardete Stecca Moreira pelo apoio e compreensão nos momentos em que as atividades de trabalho cediam espaço à elaboração desta dissertação.

Ao meu colega de trabalho, amigo de longa data e irmão, Maurício Massari, pela paciência na leitura e sugestões oferecidas na leitura de cada parágrafo do trabalho.

À Profa. Dra. Vânia Regina Boschetti, pela segurança e tranquilidade transmitidas após momentos difíceis e todo o corpo docente do curso de mestrado da UNISO, pela amizade, pelo exemplo e pelos ensinamentos e contribuições que deram ao trabalho.

À direção da FEFISO/ACM pela autorização na realização do presente trabalho.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado procurou traçar a trajetória do curso de Educação Física em Sorocaba, desde a sua abertura como Escola de Educação Física até os dias atuais como Faculdade de Educação Física da ACM; assim, o presente estudo teve como objetivo, a busca das relações entre as particularidades da instituição estudada e a sociedade sorocabana. Buscaram-se nas consultas à legislação específica, jornais da época, arquivos pessoais de ex-alunos e revisão bibliográfica as fontes que pudessem auxiliar na investigação acerca do seu passado. Conclui-se que houve o “mérito”, não se deve negar, da direção da Organização Sorocaba de Ensino e Cultura (OSEC) em vislumbrar um cenário em que a promulgação do decreto regulamentando a atuação profissional no ensino básico, resultou na valorização daqueles que possuíam a formação superior, associado ao desenvolvimento econômico da cidade e aumento na demanda de profissionais para atuar na escola. Por outro lado, observou-se também que o vislumbre encontrou suas dificuldades, por iniciar um curso superior sem instalações próprias. Neste ponto é inegável a importância da ACM na manutenção sua em Sorocaba, que só aceitou o desafio por encontrar na sua estrutura reais condições para sua manutenção além de vislumbrar também um modo de conseguir destaque entre as outras ACMs existentes.

Palavras-chave: Educação. Educação Física. História

ABSTRACT

This dissertation try to trace the trajectory of the Physical Education course in Sorocaba, since its opening as the School of Physical Education to the present day as the College of Physical Education of the YMCA; the aim of this study was search for relationships between the particularities of the institution and Sorocaba's society. Researching the specific legislation, newspapers of the time, personnel files of former students and reviewing the biographical sources helped in the investigation about his history. It is concluded that the direction of the Organization of Education and Culture Sorocaba (OSEC) had your "merit", should not be denied, by the envision a scenario where the promulgation of the decree regulating the professional practice in primary education increased the importance for those who had the higher education, associated with the city's economic development and the increased demand for professionals in the school. On the oder hand, there was also that the glimpse found their difficulties, by begins a university course without their own premises. At this point the YMCA had an undeniable importance in maintaining the course in Sorocaba, but only accepted the challenge because found the real conditions in its structure for maintaining the course in addition to also contemplate a way to increase their activities in relation the other existing YMCAs.

Keywords: Education. Physical Education. History

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Caracterização do trabalho em imagens.....	10
Figura 2	Aspectos da história da Educação Física no Brasil.....	15
Figura 3	Discóbolo de Myrón, símbolo da profissão de Educação Física.....	34
Figura 4	A Escola Superior de Educação Física de Sorocaba.....	40
Quadro 1	Primeira matriz curricular da Escola de Educação Física de Sorocaba.....	42
Quadro 2	Matriz curricular do curso de licenciatura plena da Fefiso/ACM.....	47
Quadro 3	Matriz curricular do curso de licenciatura da Fefiso/ACM.....	49
Quadro 4	Matriz curricular do curso de bacharelado da Fefiso/ACM.....	50
Quadro 5	Matriz curricular do curso de Pós Graduação em Educação Física Escolar.....	51
Quadro 6	Corpo docente do curso de Pós Graduação em Educação Física Escolar.....	52
Quadro 7	Matriz curricular do curso de Pós Graduação em Personal Training.....	53
Quadro 8	Corpo docente do curso de Pós Graduação em Personal Training.....	54
Quadro 9	Acervo de livros da biblioteca Prof. Elson Vieira do Amaral.....	56
Quadro 10	Acervo de periódicos da biblioteca Prof. Elson Vieira do Amaral.....	56
Quadro 11	Acervo de Áudio Visuais da biblioteca Prof. Elson Vieira do Amaral.....	56
Figura 6	Atividades Fefiso/Acm.....	58

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	ASPECTOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL	15
2.1	Origens da Educação Física Brasileira	18
2.1.1	Educação Física e o ideário burguês no Brasil	18
2.1.2	Educação Física Higienista (até 1930).....	21
2.1.3	Educação Física Militarista (1930 - 1945)	26
2.1.4	Educação Física Pedagogicista (1945 – 1964)	28
2.1.5	Educação Física Competitivista (pós 1964)	29
2.1.6	Educação Física e as tendências populares	32
3	A CONSTITUIÇÃO DOS CURSOS SUPERIORES EM EDUCAÇÃO FÍSICA	34
3.1	A formação do profissional e os enfoques curriculares	36
4	DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE SOROCABA À FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA ACM	40
4.1	Mudanças na direção e no currículo	455
4.2	Nova mudança de direção e currículo	48
4.3	A Infraestrutura da Faculdade	54
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
	REFERÊNCIAS	62

1 INTRODUÇÃO



Capa capítulo 2



Capa capítulo 3



Capa capítulo 4



Capa capítulo 5



Considerações Finais

Figura 1 Caracterização do trabalho em imagens

Ao se estudar uma instituição escolar procura-se interpretar o que foi criado, posto, organizado e constituído, ou seja, a sua identidade e singularidade. Mas o essencial é tentar responder à questão de fundo: o que esta instituição singular instituiu? O que ela instituiu para si, para seus sujeitos e para a sociedade na qual está inserida? Mais radicalmente ainda: qual é o sentido do que foi instituído? (SANFELICE, 2006, p. 24)

A partir destas perguntas e motivado pelo início dos estudos de mestrado na linha de pesquisa História e historiografia: políticas e práticas escolares, é que o autor decidiu fazer o registro da história da Faculdade de Educação Física em Sorocaba sua origem, criação, instalação e mudanças ocorridas durante seus 39 anos de funcionamento; desvendar os motivos e os atores envolvidos na sua instalação e, apresentar sua relevância para a formação de profissionais.

A abordagem dos processos de formação e evolução das instituições escolares constitui um domínio de conhecimento historiográfico em renovação, objetivando a construção de um processo histórico que lhes confira identidade. Cruzam-se informações de natureza variada (fontes primárias, secundárias, orais, documentais, arquitetônicas) fazendo com que o pesquisador aja com cuidado ao explorá-las, preservando-as e organizando-as de modo a construir uma identidade histórica.

[...] a reinvenção da identidade de uma instituição educativa se não se obtém através de uma abordagem descritiva, ou significativa, também não se confina à relação das instituições educativas com o meio envolvente. Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o tema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário inserida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico. (MAGALHÃES, 1999, p. 5)

Ao realizar-se uma pesquisa sobre uma instituição escolar é preciso não perder de vista sua especificidade, e, ao mesmo tempo, compreender sua totalidade.

Para Nosella e Buffa (2010), faz-se necessária uma análise crítica a respeito da produção encontrada sobre os estudos de instituições escolares para que se possa verificar em que medida tem contribuído para a compreensão da história da

escolarização brasileira. Os autores distinguem três momentos da história da educação no Brasil, a partir de 1950. Entre 1950 e 1960, anteriormente à criação dos programas de pós-graduação, a produção historiográfica (mais especificamente paulista) desenvolveu-se basicamente na USP (Seção de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras), recebendo um maior incentivo a partir da criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e de Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPE) criados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), na gestão de Anísio Teixeira. Neste mesmo período ocorreu a expansão do ensino superior, a partir de 1950, pelo interior do Estado, além do processo de elaboração da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), aprovada em 1961.

As décadas de 1970 e 1980 assistem a criação e expansão dos Programas de Pós-Graduação em Educação durante os governos militares o que, para os autores, caracterizou-se como um segundo momento do desenvolvimento dos estudos históricos da educação. Duas características fundamentais qualificaram a pesquisa em educação nesse momento: a escolarização da produção da pesquisa e a reação política dos governos militares. Se por um lado houve a associação entre a produção do conhecimento e as atividades de ensino, por outro surgiu o fortalecimento do pensamento crítico atuando de maneira reacionária à política dos militares, dando surgimento a uma nova intelectualidade nacional.

O terceiro momento caracterizou-se pela consolidação dos programas de pós-graduação iniciados nos anos 70, com a ampliação das linhas de pesquisa, diversificação teórico-metodológica e utilização variada de fontes de pesquisa. O estudo de objetos singulares adquiriu destaque privilegiando-se temas tais como cultura escolar, formação de professores, livros didáticos, disciplinas escolares, currículo, práticas educativas, e, obviamente, as instituições escolares que, conforme dito anteriormente, passaram a ser objeto de atenção dos pesquisadores de diferentes regiões do país, por meio de pesquisas sobre os mais diversos tipos de instituições escolares, utilizando fontes de naturezas múltiplas e referenciais teóricos variados.

Nosella e Buffa (2005a p. 365), em “As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação” deixam claro que o pesquisador deve procurar estabelecer a conexão objetiva entre as particularidades

da escola e da sociedade, sendo essencial indagar a origem social e o destino profissional dos atores de uma instituição escolar para definir seu sentido social, quanto a analisar os currículos utilizados para compreender seus objetivos sociais.

Objetivando a busca das relações entre as particularidades da instituição estudada e a sociedade buscaram-se na própria as fontes documentais que pudessem auxiliar na investigação acerca do seu passado, entretanto, as dificuldades para encontrá-los foram grandes devido à inacessibilidade ao arquivo proporcionada pela direção da instituição que disponibilizou poucos papéis que de pouco serviram ao trabalho.

Diante de tal dificuldade outras fontes foram utilizadas na constituição do presente, sendo realizadas consultas à legislação específica, jornais da época, arquivos pessoais de ex-alunos e revisão bibliográfica.

Desta feita, os capítulos ficaram divididos de modo que em um primeiro momento procurou-se verificar os principais aspectos da História da Educação Física no Brasil, suas origens, utilização das elites no desenvolvimento de um ideário e as tendências que nortearam a disciplina, tendo como principais referências as obras de Mello (1997), Marinho (1980), Massari (2004), Darido e Rangel (2005).

Por se tratar de uma instituição escolar de ensino superior procurou-se, no capítulo 3, investigar a constituição dos cursos superiores em Educação Física, a formação profissional proporcionada por estes e os enfoques curriculares destacando-se os textos de Azevedo e Malina (2004), Darido e Souza Neto (2008) e as pesquisas na legislação brasileira.

No capítulo 4 tem início o registro dos primórdios da, então, Escola Superior de Educação Física de Sorocaba no qual, a partir de pesquisas realizadas junto ao jornal Cruzeiro do Sul, verificaram-se as dificuldades encontradas para a abertura do curso.

No capítulo 5 relata-se um período de transição em que o curso troca de mantenedora, as alterações ocorridas na administração e na legislação específica do curso e sua estrutura atual de funcionamento, tendo como principais referências Leme (2000) e os arquivos pessoais de ex-alunos.

Dentro dessa base estruturada pretende-se apresentar a seguir os principais motivos que levaram a abertura do curso de Educação Física em Sorocaba, a mudanças proporcionadas pela alteração de mantenedora, as alterações na legislação específica envolvendo a formação profissional na área e a constituição atual do curso e da faculdade.

2 ASPECTOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

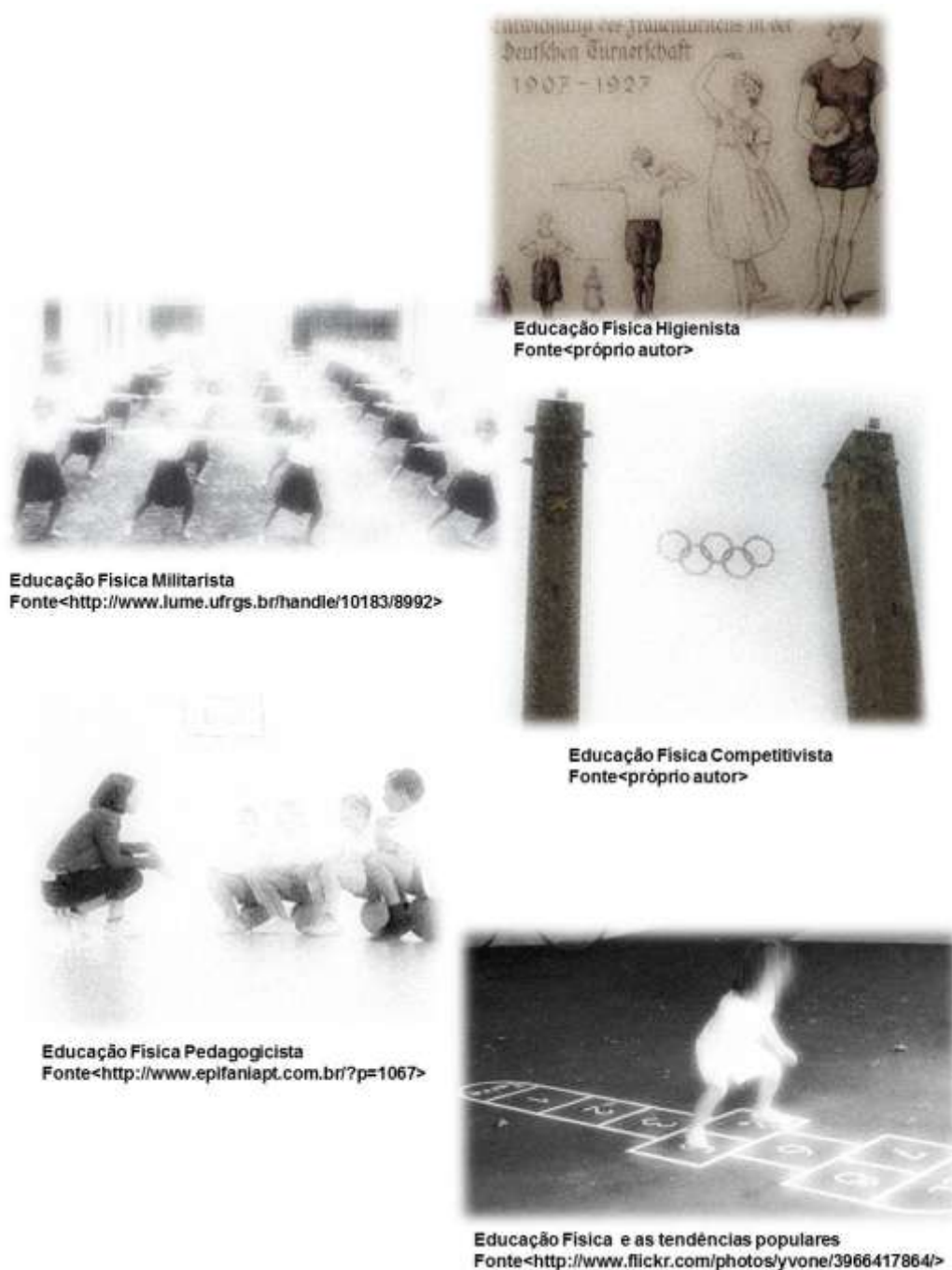


Figura 2 Aspectos da história da Educação Física no Brasil

Melo (1999) em “História da Educação Física e do Esporte no Brasil – panorama, perspectivas e propostas”, considera 03 fases no desenvolvimento dos estudos históricos na Educação Física brasileira, marcadas, além de suas diferentes

características, por autores que destacam e de alguma forma sintetizam em suas obras as diferenças de cada uma delas.

Numa primeira fase, se destaca Laurentino Lopes Bonorino em “Histórico da Educação Física” (1931), como sendo a primeira publicação específica de gênero escrita no Brasil na qual, com a colaboração de Fernando de Azevedo volta à atenção para os aspectos históricos da ginástica enquanto forma de “educação do físico”. Azevedo enfatiza a importância da história como forma de investigar os métodos de Educação Física existentes, a fim de definir qual seria mais adequado ao Brasil.

Azevedo buscava subsídios na história da Educação Física, assunto que manifestadamente era de seu gosto, para defender a utilização do método sueco de ginástica¹, desencadeando resistências ao método alemão², bastante influente e presente nos primórdios da Educação Física nacional. (MELO, 1999, p. 33)

Ainda conforme Melo, que o estudo histórico tem caráter descritivo-factual, descarta a utilização de fontes como forma de legitimá-lo, trazendo a ele, um caráter “militante”: a história servindo para provar e validar algo já previamente estabelecido irreversivelmente, preocupando-se com o levantamento de datas, nomes e fatos, pautado unicamente na experiência de grandes expoentes.

Uma segunda fase marca o início de uma preocupação maior com os estudos históricos, tanto nos aspectos qualitativos quanto nos quantitativos. Destaca Inezil Penna Marinho com a obra: “História da Educação Física e dos Desportos no Brasil”, publicada em 4 volumes nos anos de 1952 e 1953. Marinho é considerado um dos maiores estudiosos da história da Educação Física e do Esporte no Brasil e, segundo Castelani Filho (1988) influencia o período de maneira a homogeneizar as abordagens em relação à área.

¹ Sistematizado por Per Henrik Ling (1776 – 1839), centrava-se na preparação de soldados e na manutenção da saúde, pois Ling (de acordo com a conjuntura política da Europa na época) estava tomado de um forte nacionalismo e sempre foi um estudioso da anatomia e da fisiologia.

² O método alemão se caracterizava pela instrução patriótico-militar e sua metodologia privilegiava atividades ao ar livre, com o uso de equipamentos simples como troncos, barras, etc. Os pedagogos que propuseram essa denominação sofreram fortes influências de Rousseau, mas as atividades foram modificadas e popularizadas por Friedrich Ludwig Jahn (1778 – 1852) que era um professor primário fortemente nacionalista. (MASSARI, 2004 p.87)

Apresentando uma qualidade teórica e metodológica destacável, Inezil Penna Marinho (1980) se sobressai pelo estudo histórico bem desenvolvido nos padrões da história documental-factual com uma abordagem centralizada na história da Educação Física e do Esporte no Brasil, até então pouco abordada em estudos que preferiam uma abordagem mundial mais ampla.

Passam pela sua erudição teórica a utilização de fontes mais diversificadas: leis, teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e de Pernambuco (além da Faculdade de Direito), livros pioneiros relacionados à área de Educação Física e Esportes, súmulas e resultados de competições esportivas, jornais e outros periódicos, livros sobre a História do Brasil, entre outras.

Embora apresente claras diferenças, algumas similaridades com a fase anterior ainda são observáveis: a periodização ainda é exterior ao objeto de estudo, isto é, ligada a periodização política nacional; suas obras ainda são um levantamento de datas, fatos e nomes, apresentados sequencialmente, ano após ano, sem uma preocupação maior com a análise crítica deste material; continua a apresentar uma “história oficial”, onde os expoentes recebem lugar de privilégio absoluto.

[...] o objeto do conhecimento histórico é o que chamamos História para efeito de nossas proposições. É a chamada realidade objetiva do materialismo histórico. Conhecimento histórico é o que resulta do processo limitativo de conhecimento e reconstituição, análise e interpretação daquele objeto, vindo a Historiografia a ser a análise crítica do conhecimento histórico e historiográfico, e do seu processo de produção, reconhecendo, portanto, um conhecimento científico que se perfila pelos métodos, técnicas e leis da ciência histórica. (LAPA, 1981, p. 19)

Com forte inspiração teórica marxista, a terceira fase dos estudos históricos ligados à Educação Física e ao Esporte, é marcada pela busca do redimensionamento das características dos estudos até então desenvolvidos, a partir fundamentalmente de uma crítica à produção de Marinho, onde se destaca Lino Castellani Filho com a publicação de “Educação Física no Brasil: a história que não se conta” (1988), hoje uma das obras mais lidas na área, a qual objetiva recontar a história da Educação Física no Brasil dando ênfase aos aspectos ideológicos que estiveram por trás de tal desenvolvimento e percurso.

Embora as obras desta fase tenham significado uma importante mudança de enfoque, alguns problemas das fases anteriores continuam persistindo, como por exemplo, a periodização que, ao se submeter a especificidades exteriores ao objeto, além de tornar o estudo histórico confuso, deixa a impressão de continuidade e linearidade, fazendo com que, metodologicamente no que se referem à História, as obras se tornem mais confusas e incompletas.

A história, por muitas vezes, é entendida como responsável por explicar linearmente o presente, fato agravado por uma compreensão que parte do presente com hipóteses traçadas já basicamente confirmadas, o que praticamente faz forjar no passado os elementos necessários para provar a hipótese inicial; a exasperação da crítica ao caráter documental-factual das obras anteriores finda por muitas vezes no dispensar de datas, fatos e nomes, tão importantes em qualquer estudo historiográfico. (MELLO, 1999, p. 39)

2.1 Origens da Educação Física Brasileira

Durante muito tempo se esperou que a História, entendida como evolução e progresso, pudesse fornecer subsídios para o aperfeiçoamento paulatino da Educação Física. Como se o suceder dos acontecimentos históricos, ao longo dos séculos, fosse em si mesmo suficiente para refinar os métodos e técnicas educacionais, eliminar doutrinas inadequadas, selecionar os melhores modelos de ginástica para cada grupo social, assim como os mais avançados padrões de desempenho corporal. (SANT'ANA, 2001, p. 105)

A idéia de que o processo de desenvolvimento histórico contribuiria com o aperfeiçoamento da Educação Física é frustrado, pois a história não se desenvolve de maneira linear e irreversível rumo ao progresso, a cada novo avanço surgem novos problemas até então inexistentes. No seu desenvolvimento histórico, além dos grandes atletas ou dos inventos técnicos e pedagógicos, as disputas entre interesses, concepções científicas, teorias e práticas ocupam lugar de destaque.

2.1.1 Educação Física e o ideário burguês no Brasil

Cabe aqui a necessidade de explicar o processo de constituição de classes sociais no Brasil para entender um pouco sobre o processo de utilização da

Educação Física para a manutenção de um ideário que privilegiasse as elites do país.

Segundo Perondi (2007), o processo de revolução burguesa no Brasil, da forma como é entendido por Florestan Fernandes, teve início basicamente no período que compreende a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República. Essa fase marcou, historicamente, o início da modernidade brasileira, pois até então a economia colonial e manufatureira era predominante. As mudanças ocorridas no sistema econômico vigente, especialmente a abolição da escravidão, em parte se deram à inviabilidade do sistema econômico frente ao aumento das demandas produtivas pelo mercado, o que acabou por consolidar o modelo burguês de sociedade.

Neste período, o ensino superior era privilégio da burguesia e a elas também cabia o papel de pensar a sociedade e seus destinos, o papel intelectual. A educação passa a exercer a função educar para o trabalho de modo a impedir a ascensão social, sendo clara a distinção: escola técnica para os integrantes dos segmentos populares e escola acadêmica para a burguesia. “A educação exerce um papel conservador e até mesmo reacionário, na medida em que mantém privilégios e impede oficialmente a transformação social.” (CUNHA, 1986, p. 55)

A Proclamação da República significou uma grande ruptura uma vez que com o fim do Império o poder passaria a ser organizado (ao menos em tese) internamente, constituindo maior poder de decisão e autonomia à nação, tal como havia ocorrido nos países capitalistas centrais (França, Inglaterra). Posteriormente ficou claro que o modo pelo qual esse modelo econômico foi implantado, bem como as condições estruturais do capitalismo brasileiro, impediu o desenvolvimento interno independente do Brasil.

Nas primeiras décadas do século XX, o país atravessava uma importante fase de mudanças sociais, econômicas e políticas. A ideologia vigente apoiava-se em valores culturais europeus, assim como em uma perspectiva positivista de ciência, educação e política, para modelar seus padrões e condutas, modos e costumes.

Neste contexto, a dimensão corporal cumpria papel secundário no cenário nacional, carregando consigo heranças coloniais que viam em qualquer tipo de trabalho manual a desvalorização da mão-de-obra servil ou escrava. Em vista disso, Oliveira (1998, p. 5) cita que “[...] a estrutura colonial rendia dividendos ideológicos e aumentava o preconceito em relação ao trabalho físico”, mostrando-nos um aspecto social contraditório, com o impulso político que a Educação Física obteria.

A fundamentação teórica mais valorizada na Educação Física era proveniente das ciências biomédicas, com sua concepção anatomo-fisiológica e higienista de ser humano e sociedade. Por outro lado a Educação Física tornou-se, também, uma referência fundamental no projeto social de controle do povo e de civilidade. Assim, a sua base de sustentação e consolidação modelou-se nesse conjunto de interesses, sobretudo na relação com as forças sociais dominantes, quer sejam os militares, quer sejam os médicos ou os educadores, tornando-se um instrumento de ordem recebendo “o reforço científico”. (SILVA et al., 2009, p. 8)

A formação profissional em Educação Física na primeira metade do século passado já apresentava suas ambiguidades, pois nos currículos das escolas de formação, o fundamento teórico era fornecido pelos médicos e biólogos, enquanto a prática pedagógica, a didática e a disciplina ficavam sob o comando dos militares.

Não se pode deixar de destacar a ginástica no cenário da Educação Física brasileira, sobretudo por conta do seu papel desempenhado nas primeiras décadas da formação profissional específica, conforme pesquisas de Soares (2001; 2006; 2009). As ginásticas naquele período seja no meio militar ou, a partir dos militares, na formação de civis, destacavam-se sobre as demais práticas corporais e tiveram papel marcante na relação teoria e prática na primeira metade do século XX, no sentido de estabelecer a necessidade de se fazer exercícios, bem como de um profissional para instruí-los. Importante ressaltar que, o perfil dos instrutores e também dos professores que se seguiram, era firmemente calcado no domínio do conhecimento prático, com um descaso ao fundamento teórico-metodológico deste saber fazer.

Às ginásticas logo se agregou o esporte e, para tal, convocou-se os principais esportistas para atuar nos cursos de formação profissional, como mostraram

Azevedo e Malina (2004, p. 32). Tal processo propiciou a criação das primeiras escolas de Educação Física, em um modelo curricular denominado de “tradicional-esportivo” (BETTI; BETTI, 1996 p.10), vinculado à prática da ginástica e à valorização das modalidades esportivas, baseado na exercitação sistemática e nos modelos para transmissão de conhecimentos.

De acordo com Barros (2001, p. 9), é um fato que a Educação Física no Brasil, inicialmente, desenvolveu-se nas escolas militares, mas “[...] também sempre esteve conectada ao sistema educacional e toda legislação específica veio junto com a legislação educacional em geral”. Em outras palavras, os militares efetivamente desempenharam um forte papel no processo de consolidação e desenvolvimento da Educação Física. Contudo, foi no âmbito escolar, sob o discurso biomédico, que ela conquistou espaço no cenário social. Entendendo a construção da identidade da Educação Física como um campo de disputa e tensão, observa-se um discurso organizado sob a égide das ciências biomédicas, e uma prática pedagógica, tanto no âmbito da formação profissional como da intervenção social, calcada quase exclusivamente na demonstração de modelos e no saber fazer.

2.1.2 Educação Física Higienista (até 1930)

Em “A Origem da Família, da Propriedade Privada e o Estado”, Engels (1982), baseando-se em obra de Morgan³, observa nas sociedades antigas uma série de traços e situações de organização social que demonstra que o desenvolvimento histórico da sociedade não ocorreu linearmente e nem concomitantemente ou até mesmo de maneira igual para todas as sociedades.

A atividade física, desde os tempos mais remotos, sempre esteve presente: do modo de produção comunista primitivo para o modo de produção escravista, passando para a produção servil (feudalismo) chegando ao modo de produção capitalista. O homem, por uma necessidade social, esteve “obrigado” a lançar mão da atividade corporal em busca de sua sobrevivência.

O colonizador, ao chegar ao “novo continente”, percebeu um tipo de sociedade muito diferenciada: a sociedade indígena num estágio que Engels (1982)

³ Referência a “A Sociedade Antiga” obra de Lewis H. Morgan publicada em 1877.

chamou de Sociedades Comunistas Primitivas, representadas basicamente, pelas ausências do Estado, escola (instituição escolar), propriedade privada, produção para o mercado, acumulação de bens ou riquezas e caracterizadas por possuir uma organização familiar diferente da família monogâmica cristã à qual o colonizador estava habituado.

As atividades físicas já faziam parte das sociedades indígenas e eram executadas por meio da prática da corrida, nado, arco e flecha, caracterizando uma Educação Física integrada às práticas realizadas pelos índios como forma de sobrepujar às necessidades criadas pelo próprio ambiente existente (caça, pesca, dança e defesa da tribo).

As necessidades do meio os obrigavam à utilização de sua força física para assegurar a própria existência. Somente os fortes deveriam sobreviver, impunha a lei de seleção natural. E nos cruentos combates que sustentavam entre si ou contra as feras, que deles pouco diferiam, venciam sempre o mais forte, o mais destre. A pesca, a caça, a natação, a canoagem e a corrida a pé eram processos indispensáveis para assegurar a sobrevivência. (MARINHO, 1980, p. 14)

Com a chegada dos negros ao Brasil, para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar, nas minas e nas atividades domésticas dos senhores brancos, a atividade física permaneceu presente na medida em que, para suas atividades, era imprescindível a manutenção de um corpo forte. Pode-se considerar a presença de Educação Física com a criação da capoeira nas senzalas, a partir de movimentos que serviam para sua autodefesa em relação aos capatazes. Quando estes conseguiam escapar, refugiavam-se nos Quilombos onde passaram a desenvolver a capoeira sem a utilização da música. Ao serem capturados, ensinavam aos negros que ainda permaneciam nas senzalas, os golpes aprendidos. Para dar uma falsa impressão aos senhores de engenho que estavam praticando uma dança e não uma luta inseriu-se a música à capoeira como forma de enganá-los.

Com isso, verificou-se que a atividade física mantinha nos negros, as mesmas características encontradas nos indígenas, ou seja, a utilização das capacidades físicas e aprimoramento como meio de suportar e sobreviver às imposições do ambiente e de sua situação na sociedade.

Em sua fase imperial, ocorre o processo de 'construção identitária da Nação pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro', no qual 'distinguir-se do outro era necessário, seja internamente apartando-se dos negros e índios, porque não eram portadores da noção de civilização, seja externamente das repúblicas latino-americanas, porque eram ameaças à forma de governo monárquico e representação da barbárie'. (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 80)

Oficialmente, a introdução da Educação Física Escolar no Brasil, ocorre no Império com a Lei nº 630 de 17 de setembro de 1851, denominada reforma Couto Ferraz.

Massari (2003, p. 84) descreve que no ordenamento social existente no período imperial no Brasil, os escravocratas, "estigmatizaram a Educação Física por vinculá-la ao trabalho manual, físico, desprestigiadíssimo em relação ao trabalho intelectual, este sim afeto à classe dominante, enquanto o outro se fazia pertinente e tão somente aos escravos".

Fournier (2009) afirmou que o século XIV inventou a ginástica ao propor exercícios mecânicos capazes de melhorar a força e a eficácia do corpo, embora remonte ao século XVIII a preocupação com a inclusão de exercícios físicos. É nesse quadro que nasceu a ginástica escolar: todas as crianças efetuavam, ao mesmo tempo e no mesmo ritmo, certo tipo de movimento.

Entretanto, a implantação de fato da Educação Física Escolar, ocorreu a partir da década de 1920, com a realização de reformas educacionais por vários estados da federação que passaram a incluir com o nome mais frequente de ginástica. Essa nomenclatura teve a influência europeia por meio dos métodos de ginásticas que incluíam em seus conteúdos a dança, a esgrima, o esporte e a ginástica, sendo que, esta influência não se restringiu à nomenclatura, mas às concepções metodológicas de formação do estudante e profissional da área.

Após a reforma Couto Ferraz, a Educação Física, ainda chamada de ginástica, ampliou o seu campo de atuação, porém mantendo seus princípios ligados às instituições médico-militares. Sua concepção estava alicerçada em duas perspectivas: (i) a higienista, como proposta de ação para o campo, objetivando ser uma alternativa de solução dos problemas de saúde pública existentes no país, o que, segundo Paulo Ghiraldelli Junior, tinha papel fundamental na formação de homens e mulheres sadios, fortes, dispostos à ação, e (ii) a militarista, preocupada

com a formação dos corpos fortes para as guerras, o que explica a importância em “selecionar” os indivíduos “perfeitos” fisicamente e excluir os “incapacitados” (DARIDO; RANGEL, 2005, p. 3). Era a formação do “cidadão-soldado” que atendia às necessidades da sociedade de então.

A concepção dominante da Educação Física, no seu início, é calcada na perspectiva que muitos autores chamaram de higienismo. Nela, a preocupação central é com os hábitos de higiene e saúde, valorizando o desenvolvimento físico e da moral, a partir do exercício. (DARIDO; RANGEL, 2005, p. 2)

A Educação Física higienista surge então como a solução para todos os problemas existentes, sendo esta responsável pela construção de uma sociedade democrática e sem problemas sociais.

Aníbal Ponce (1963, p. 165) afirma que “a educação é o processo mediante o qual as classes dominantes preparam na mentalidade e na conduta das crianças as condições fundamentais da sua própria existência”, ou seja, preparar, num primeiro momento, os indivíduos que serão responsáveis pela ampliação e defesa das fronteiras do Brasil. Processo esse que não é pertinente apenas ao período colonial ou imperial, pois se remete em um segundo momento também ao período republicano sendo que a utilização da educação, mais especificamente a Educação Física, como forma de impor e disseminar as ideologias da classe dominante: a constituição de uma identidade moral e cívica brasileira e importância e necessidade de formar cidadãos fortes para assegurar o desenvolvimento da nação.

Em verdade, ela age como protagonista num projeto de ‘assepsia social’. Desta forma, para tal concepção a ginástica, o desporto, os jogos recreativos etc. devem, antes de qualquer coisa, disciplinar os hábitos das pessoas no sentido de levá-las a se afastarem de práticas capazes de provocar a deterioração da saúde e da moral, o que ‘comprometeria a vida coletiva’. (GHIRALDELLI, 2001, p. 17)

Vem dessa época, os primeiros documentos escritos tratando da Educação Física, enfocando principalmente a preocupação com a melhoria da saúde e da higiene da população, trazendo a marcante presença de doutrinas naturalistas, nacionalistas e militares. A educação estava dividida em educação intelectual, moral

e física, destacando-se o papel de Rui Barbosa com a elaboração de pareceres que reformaram o ensino primário e secundário no país, fazendo com que se criasse uma mentalidade favorável à prática de atividades físicas, sob a forma de ginástica, ou sob a forma de desportos ou exercícios militares.

Em seu parecer de nº 224, de 1882, sobre a Reforma Leôncio de Carvalho, (Reforma do Ensino Primário e várias Instituições Complementares da Instrução Pública), Rui Barbosa sintetiza o conjunto de medidas que considera necessárias para que a ginástica se integre aos currículos escolares:

1º - Instituição de uma secção especial de ginástica em cada escola normal.

2º - Extensão obrigatória da ginástica a ambos os sexos na formação do professorado e nas escolas primárias de todos os graus, tendo em vista, em relação à mulher a harmonia das formas feminis e as exigências da maternidade futura.

3º - Inserção da ginástica nos programas escolares como matéria de estudo, em horas distintas das do recreio, e depois das aulas.

4º - Equiparação, em categorias e autoridade, dos professores de ginástica aos de todas as outras disciplinas. (BARBOSA, 1942, p. 276 apud SOARES, 2007, p. 92/93)

O discurso incide na formatação de uma Educação Física que delinea o seu espaço e delimita seu campo de conhecimento, tornando-se um instrumento de ação e de intervenção bastante valioso na realidade educacional e social para a elite da época, pois surge como sinônimo de saúde física e mental sendo eleita promotora da saúde, regeneradora da raça, das virtudes e da moral, com o objetivo de manter o povo forte e saudável, afirmando o espírito cívico e patriótico.

Para Taborda (2002) a historiografia desenvolveu uma estreita interpretação que imputa à educação física escolar uma função de reprodução do ideário oficial, calcado na ideologia da segurança nacional e do Brasil grande. Além disso, a tecnicização das práticas corporais representaria a melhoria das condições da força de trabalho, no sentido de torná-la mais eficiente e eficaz no processo de produção; a racionalidade e o planejamento da economia da educação conformavam, então, as políticas públicas e, conseqüentemente, as práticas escolares, deixando pouco ou nenhum espaço para a intervenção dos sujeitos na história.

Embora tenha ocorrido uma certa valorização da Educação Física por parte de alguns educadores e políticos ela apenas começou a generalizar-se no sistema escolar brasileiro a partir de 1930. De 1837 a 1930 a ginástica escolar que era praticada em algumas escolas consistiu principalmente na aplicação de dois métodos: Calistenia⁴ e do Alemão. (MASSARI, 2003, p. 87)

Com o início da república e a promulgação da constituição de 1891, se atribuiu ao governo federal a responsabilidade do ensino secundário e superior em todo o território nacional, e o ensino em todos os níveis no Distrito Federal.

Na fase republicana a influência positivista torna-se ainda mais marcante. O império atendia aos grupos ligados a lavoura tradicional (algodão, açúcar, tabaco) e à lavoura nova (café) – havia um domínio deste último grupo. Há um aumento da camada média e maior participação destas pessoas nas atividades intelectuais, militares e religiosas, como também do aparelho de Estado. Os anseios por mudanças quanto ao término da escravidão e mudanças políticas, no âmbito eleitoral, expressavam que o regime imperial não atendia a um setor relevante da população, no final do século XIX. (MASSARI, 2003, p. 88)

2.1.3 Educação Física Militarista (1930 - 1945)

Até 1930, os princípios higienistas foram os objetivos fundamentais da Educação Física escolar sendo uma concepção particularmente forte vinda dos anos finais do Império e do primeiro período da República (1889 a 1930). Neste momento o discurso higienista se torna hegemônico frente a suas concorrentes, principalmente a militar.

A constituição de 1934 atribuiu à união a competência para fixar o plano nacional de educação para todos os graus de ensino e era válida para todo o território nacional. (BETTI, 1991, p. 65)

Sob a administração de Gustavo Capanema houve uma maior preocupação com o ensino secundário, mas por outro lado, incentivou-se também o ensino profissionalizante o que enfatizava ainda mais a oposição entre o trabalho intelectual e manual. Em compensação, a Educação Física entrava pela primeira vez num texto constitucional (Constituição de 1937) por meio do artigo (131) que estabelecia a

⁴ O método de ginástica calistênica podia ser utilizado com objetivos militares, médicos, pedagógicos e estéticos que consistia em exercícios para diferentes partes do corpo, com ênfase na execução rítmica e rigorosamente padronizada de movimentos, guiados sempre por um instrutor que serve como modelo. (MASSARI, 2004 p.87)

obrigatoriedade escolar e punia com o não reconhecimento, a instituição de ensino que não cumprisse a exigência.

Art. 131 - A Educação Física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência. (BRASIL, 1999, p. 116)

Massari (2003) relata que durante todo esse período a Educação Física era tratada como prática educativa, diferente das demais recebendo a identidade de “disciplina” apenas no curso Normal.

Seguindo os moldes militares e médicos, a Educação Física na “Era Vargas” (de 1930 a 1945) tem como objetivos o desenvolvimento da força de trabalho e o cultivo de valores morais, em especial do civismo e do patriotismo. Ao seguir as tendências militares fortalecia a preocupação com a saúde individual e coletiva da população objetivando a formação do “cidadão-soldado”, que seria capaz de obedecer cegamente e servir de exemplo para a juventude, pelo seu entusiasmo e valentia.

Betti (1991) ressalta os interesses que levaram à valorização da Educação Física a partir da década de 30 dentre os quais a exigência de mão de obra com melhor preparo físico para o trabalho na indústria, o interesse das forças armadas na manutenção da população preparada fisicamente para o serviço militar no caso de uma guerra e, os interesses educacionais como elemento da educação integral, que acolhiam aos exercícios como fator de disciplina e saúde. Com isso e a partir destes três interesses distintos é que a Educação Física se fortaleceu e criou condições para que se generalizasse e, sua obrigatoriedade fosse então firmada pela Constituição de 37 que previa a formação de instituições que a tivessem por fim. (BETTI, 1991, p. 67)

Em 1946, a União, estabeleceu pela primeira vez, as Diretrizes para o Ensino Primário, até então de responsabilidade estadual e, instituir a gratuidade e a obrigatoriedade desse nível de ensino que refletia o momento de redemocratização do país, e a não alusão à instrução militar nem a instrução cívica e nacionalista.

2.1.4 Educação Física Pedagogicista (1945 – 1964)

Ao final da Segunda Guerra Mundial tanto o Brasil como o mundo observam mudanças nas estruturas políticas e econômicas, o nacionalismo cede espaço para uma crescente liberalização econômica incentivada pela sua internacionalização.

Nesse período a valorização ao esporte foi altamente evidenciada o que repercutiu e muito na Educação Física escolar. Juntando-se à difusão de estudos pedagógicos voltados ao desenvolvimento da criança e do adolescente coloca em cheque a rigidez dos métodos militares que é então paulatinamente substituída pelo método desportivo generalizado. Os valores cívicos e militares continuaram presentes, mas sem dúvida esse fato levou a uma progressiva identificação da Educação Física com o esporte, que passou a ter destaque na maior parte das aulas. (MASSARI, 2003, p. 94)

A partir de 1946, com a difusão de estudos pedagógicos voltados ao desenvolvimento da criança e do adolescente, a Educação Física passa a ser vista não somente como uma prática capaz de promover saúde, preparar mão-de-obra ou disciplinar a juventude, mas ao se identificar com o desenvolvimento fisiológico, psicológico, social e moral do educando passa a ser entendida com um caráter educativo.

Em meados de 1948, tem início um longo debate em torno da intenção de se elaborar um projeto para a educação nacional, resultando no marco primeiro com relação a uma legislação exclusiva da educação, a implantação da primeira LDB na Lei 4.024 de 1961, 13 anos após o início dos debates, tendo como fins:

- a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
- b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e sua participação na obra do bem comum;
- e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhe permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;
- f) a preservação e expansão do patrimônio cultural;

- g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como quaisquer preconceitos da classe ou de raça.

O fato mais importante para a Educação Física foi a inclusão da sua obrigatoriedade na LDB de 61, para o primário e o médio até 18 anos. O seu artigo 201 dizia: "Será obrigatória a prática da Educação Física em todos os níveis e ramos da escolarização, com predominância esportiva no ensino superior. (MASSARI, 2003, p. 95)

Mesmo após a implantação da LDB, a Educação Física não conseguiu fazer com que fosse fixada uma carga horária semanal mínima para a disciplina, bem como se desvincular dos interesses da elite da época, pois sua implementação ao se apoiar na necessidade de capacitação física do trabalhador, atendeu as necessidades da política de industrialização do modelo econômico brasileiro em substituição ao agrário de caráter comercial-exportadora iniciado nos anos 30.

2.1.5 Educação Física Competitivista (pós 1964)

Com a lei 5692/71 foi regulamentada a estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus no qual há a introdução, em seu artigo 7º, da Educação Moral e Cívica nos três níveis de ensino, buscando o culto aos valores religiosos, nacionais, dominantes e obediência às leis bem como a introdução da Educação Física obrigatória no ensino superior e em todos os níveis de ensino.

Entendia-se a Educação Física (decreto-lei 69.450/71) como a atividade que "por seus meios, processos e técnicas, desenvolve e aprimora forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando" (BETTI, 1991, p. 104). Também se esclareceu o número de aulas e horas semanais, composição das turmas e espaço útil. Essa regulamentação foi recebida com entusiasmo pela categoria, principalmente pelas três aulas semanais instituídas para o segundo grau. Não havia mais referência à idade limite de obrigatoriedade e a questão é organizada através de outro mecanismo, colocando condições que facultavam alunos que: trabalhassem mais de seis horas semanais e estudassem a noite, estendida posteriormente a todos os trabalhadores, facultá-la ao aluno com mais de 30 anos de idade, estivesse

cumprindo serviço militar e ao aluno que estivesse fisicamente incapacitado. Alguns anos mais tarde (1977) juntaram-se mais duas considerações que facultavam ao aluno de pós-graduação – que não precisava de capacitação física, pois seu trabalho era intelectual – e também à mulher com prole, numa clara menção de que a ela restava apenas cuidar do lar e dos filhos.

Com isso reforçava-se a idéia da Educação Física como prática, sem a necessidade de reflexão teórica, facultada a determinados grupos (deficientes físicos, por exemplo) reforçando a lógica da prática para manutenção e reprodução da força de trabalho, apresentando similaridade entre as aulas nas escolas e os exercícios militares.

Neste período, alinhando-se aos interesses do capital internacional, a Educação Física assumiu o esporte como principal referência e, assim como a abolição da reflexão e o patrulhamento ideológico, também fizeram parte dos ideais da ditadura militar instaurada em 64. Ao objetivar a melhoria da aptidão física da população, aumento da participação estudantil e popular em práticas desportivas bem como o aprimoramento técnico dos desportistas pela melhoria do desempenho dos atletas em competições, se observava a ascensão do esporte à razão do Estado e a inclusão do binômio Educação Física/Esporte nos planos estratégicos do governo, com profundas mudanças na educação e na Educação Física escolar que se subordinou ao sistema esportivo.

Entre 64 e 68 a classe média, que desejava uma ascensão social através de um diploma de nível superior, passava a pressionar a universidade em busca de vagas gerando assim uma crise universitária. Concomitante a isso, eram delineados os acordos MEC-USAID (Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional) e os empréstimos do BIRD.

Neste momento, de acordo com as exigências externas e internas, a concessão dos empréstimos destes dois Organismos Internacionais, convergirão prioritariamente para o ensino médio, na implementação da profissionalização compulsória, para o ensino superior e secundariamente para a educação de base ou inicial. (NOGUEIRA, 1999, p. 20).

Esses acordos juntamente com as propostas da comissão de estudos fizeram com que a lei de reforma universitária fosse implantada, baseada no sistema

universitário americano com a liberação de vagas que, no entanto, não surgiram no ensino público, mas sim no privado o que veio a atender aos interesses do Estado isentando-o de investimentos na área. Com a expansão do ensino privado, estava fortalecida a idéia da educação vinculada ao lucro e ao comércio com a “venda” do “produto” educação resultando, conforme Freitag (1989), no aumento número de matrículas, entre 1970 a 1975, de 75% no primeiro grau e 590% no ensino superior. Em 1969 havia 17 escolas de nível superior em Educação Física no Brasil, incluindo as militares. Ao final da década de 70 este número cresceu para 87 estabelecimentos e, hoje, esse número pulou para aproximadamente 533, em sua maioria privados, em São Paulo, por exemplo, de apenas um curso funcionando, na Universidade de São Paulo (USP) iniciado em 1934, passou a existir 32 cursos, sendo dois abertos em 1968 e os demais entre 1970 e 1975.

O Estado passa a ter interesse em inserir o contexto geral de desenvolvimento dos recursos humanos nacionais e da projeção nacional via esporte de alto rendimento com a iniciação escolar, incorporando definitivamente o esporte ao conteúdo escolar no qual as regras, os esportes, os jogos, nada mais eram do que ensinamentos da reprodução social objetivada pelo governo.

[...] é dentro da ótica estrutural-funcionalista que ouvimos com frequência a afirmação de que o esporte educa! Se indagarmos por que ou o que tem de educativo no esporte, obteremos quase que invariavelmente a seguinte resposta: o esporte educa porque ensina a criança a conviver com a vitória e a derrota, ensina a respeitar as regras do jogo (já que todos são iguais perante a lei devemos respeitá-la sem discuti-la), ensina a vencer (no jogo e na vida), através do seu esforço pessoal (às vezes tem que momentaneamente aliar-se a outro ou outros para atingir esse objetivo, processo que os pedagogos esportivos chama de cooperação ou companheirismo), ensina a competir (já que a sociedade é extremamente competitiva e isto a prepara para a vida), desenvolve o respeito pela autoridade que é o árbitro ou o professor (chama-se a isso de disciplina). (BRACHT, 1987, p.183)

Com a crescente idéia do esporte de alto rendimento inserido nas escolas a partir da quinta série ou por volta dos dez anos de idade, a Educação Física Escolar como deveria ser concebida, cede lugar ao esporte como responsável pelo papel educativo e de real consistência no âmbito escolar.

Com a regulamentação da formação dos professores de Educação Física em 69, se fixou o currículo mínimo para os cursos, com ênfase na formação do técnico

desportivo cuja formação era feita em curso de graduação que conferindo o título de licenciado em Educação Física e Técnico em Desportos. A formação inadequada dos recursos humanos foi um dos fatores mais importantes que levaram a uma crise profunda da Educação Física Escolar ao final década de 70 (BETTI, 1991, p. 115).

2.1.6 Educação Física e as tendências populares

No início da década de 80 começaram a se formar os primeiros mestres em Educação Física pela USP (1º mestrado em Educação Física brasileiro) além de outros que ingressavam em mestrados de outras áreas, em especial de Educação, iniciando-se, desta maneira, uma reflexão sobre a crise de identidade pela qual passava a profissão bem como sobre o significado das ações da Educação Física enquanto área de conhecimento.

Para Massari (2003) os questionamentos acerca do papel da Educação Física na década de 80 eram a respeito das influências médicas e militares e seus desdobramentos, das articulações com teorias raciais, da submissão aos princípios de esporte rendimento (pós-guerra), a compreensão de um corpo humano reduzido apenas à esfera biológica entre outros fatos, se ampliaram para questionamentos a respeito de sua existência enquanto componente curricular.

A partir destas discussões ocorreu um grande salto qualitativo, não apenas em relação à prática, mas principalmente em relação aos pressupostos teóricos ao surgirem novas perspectivas para a Educação Física enquanto prática social, pois, como já citado anteriormente, enquanto prevaleceram as influências militares e médicas havia a falsa ideia de que as práticas corporais eram neutras e cabia aos professores apenas a preocupação técnica, apesar de estar ligada à pedagogia.

Com o aprofundamento das questões a respeito dos valores que revestem as atividades corporais percebe-se que a multiplicação das Universidades ocorridas nesta época e os primeiros cursos de Mestrado em Educação Física, há um aprofundamento considerável das discussões teóricas de modo a possibilitar a formação de profissionais críticos que levavam a crer que tínhamos uma revolução no interior da Educação Física.

No entanto, o que se observou, foi a excessiva teorização do que estava sendo realizado na escola com a crítica ao esporte de rendimento ocasionando pelo surgimento de tendências que valorizavam a ludicidade e a cooperação nas aulas.

É preciso deixar claro que esse modelo não foi defendido por professores, estudiosos ou acadêmicos. Infelizmente, ele é bastante representativo no contexto escolar, e provavelmente tenha nascido de interpretações inadequadas e das condições de formação e trabalho do professor. (DARIDO; SOUZA NETO, 2008, p. 4)

As tendências surgidas, então, aconteceram por duas razões a serem consideradas: a falta de propostas sobre o que se fazer nas aulas de Educação Física, associada a não apresentação de propostas viáveis e exequíveis para a prática e a falta de políticas públicas que facilitem o trabalho do professor, como condições de trabalho, espaço, material adequado, políticas salariais e, principalmente, apoio às ações de formação continuada.

Portanto, conforme Darido e Souza Neto (2008) se observa que os objetivos e propostas educacionais da Educação Física foram se modificando ao longo dos anos, e todas as tendências, de algum modo, ainda hoje influenciam a formação profissional e suas práticas pedagógicas.

3 A CONSTITUIÇÃO DOS CURSOS SUPERIORES EM EDUCAÇÃO FÍSICA



Figura 3 Discóbolo de Miron – Símbolo da Profissão de Educação Física
Fonte: < <http://www.confef.org.br/extra/conteudo/default.asp?id=26> >

No capítulo “Origens da Educação Física Brasileira” ficou evidenciada a influência militar na configuração do campo de atuação profissional que, por apropriar-se dos referenciais teóricos e da força política do movimento higienista, fundamentou-se no dualismo entre um referencial teórico da área saúde e uma prática constituída no exercício da caserna, observado com a criação, em março de 1910 em São Paulo, da Escola de Educação Física da Polícia Militar responsável pelo treinamento físico dos soldados.

A formação profissional em Educação Física, segundo Marinho (1980), teve sua origem na fundação do Centro Militar de Educação Física, em 10 de janeiro de 1922 no Rio de Janeiro.

Em 9 de outubro de 1933, pelo decreto nº 23.232, foi criada a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx) no Rio de Janeiro, que formou além de oficiais e sargentos, alguns civis como monitores. No estado de São Paulo foi também regulamentada a Escola de Educação Física da Força Pública de São Paulo, em 28 de maio de 1936, pelo decreto n. 7.688. (AZEVEDO; MALINA, 2004, p.131)

Os primeiros cursos de Educação Física no Brasil foram normatizados pelo Decreto lei n.º 1.212/39, de 17 de abril de 1939, dentre eles se destaca a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), em 1939, como sendo a primeira escola brasileira de Educação Física de nível superior ligada a uma universidade, a Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, com uma proposta de formação profissional tecnicista, com duração de dois anos, cujos currículos privilegiavam em suas matrizes as disciplinas voltadas para a área Biológica e Esportiva.

Com as mudanças ocorridas no cenário político nacional a partir do término do Estado Novo de Getúlio Vargas (de 1937 a 1945), há alteração na duração dos cursos para três anos, promovendo mudanças no currículo com o aumento da carga horária das disciplinas (decreto lei nº 8.270/45) e em maio de 1953, com a lei nº1.921, há a equivalência do curso com as outras licenciaturas.

Com o sancionamento da lei n. 4.024/61, ocorre a imposição da obrigatoriedade da sua prática nos cursos primários e médios, atual ensino básico, até a idade de 18 anos.

Em 1962 é aprovado, pelo Conselho Federal de Educação (CFE), o parecer n. 292/62 que estabelece as matérias pedagógicas que deveriam compor os currículos relativos aos cursos de licenciaturas. Com a aprovação do parecer n. 298, de 17 de novembro de 1962, é estabelecido o currículo com um núcleo obrigatório de matérias para os cursos de formação em nível superior do professor de Educação Física e do Técnico Desportivo.

Com o Parecer do Conselho Federal de Educação - CFE nº 894/69, de 02 de dezembro de 1969, que resultou na Resolução 69/69, estrutura-se os cursos que passaram a abranger uma formação mais pedagógica para a área além de fixar os conteúdos mínimos e a duração de três anos a ser seguida.

Outra diretriz para os cursos de formação advém da Resolução nº 03/87, de 16 de junho de 1987, que fixou o mínimo de duração e conteúdos dos cursos de Graduação em Educação Física (currículo mínimo de 2880 horas), criando o Bacharelado, além de regulamentar também a Licenciatura plena. Atualmente, há duas formações na Educação Física, a Graduação, regulamentada pela Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior CNE/CES 7/04, de 31 de março de 2004, e a Licenciatura, pelas Resoluções do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno CNE/CP 01/02, de 18 de fevereiro de 2002 e CNE/CP 02/02, de 19 de fevereiro de 2002. Em termos de carga horária, a proposta para os cursos de Formação de Professores da Educação Básica - Licenciatura - é de 2800 horas, com duração mínima de 03 anos. Para a Graduação em Educação Física, exige-se a carga horária de 3200 horas, com a duração mínima de 04 anos.

3.1 A formação do profissional e os enfoques curriculares

Como se pode observar nos capítulos anteriores até o final da década de 70, a Educação Física baseava seus conhecimentos na área biológica com a finalidade de formar cidadão saudáveis num primeiro momento e, por meio da prática de esportes, formar atletas de representação sem se preocupar diretamente com o contexto escolar. Com isso, os currículos dos cursos de Educação Física

privilegiavam em suas matrizes as disciplinas voltadas para a área Biológica, como a Anatomia, Cinesiologia, Fisiologia, e também da área esportiva, Futebol I, Futebol II, Futebol III, Vôlei..., Atletismo... e assim por diante, ou seja, uma formação baseada no entendimento de um corpo humano biológico e numa prática profissional embasada no saber fazer.

Com o surgimento de novas propostas pedagógicas, a partir da década de 1980, o ensino da Educação Física passou a contemplar, em suas matrizes curriculares, disciplinas fundamentadas na Psicologia, Filosofia, Sociologia e Antropologia, perdendo a predominância da sua dimensão biológica que, com o respaldo das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Educação Física, desde a Resolução anterior, do Conselho Federal de Educação, nº3/87, de 16 de junho de 1987, como a atual, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, a Resolução CNE/CES 7/04, de 31 de março de 2004, refletem na modificação e ampliação da formação profissional da área.

Trindade (2007 p. 69) observa que esta inter-relação das áreas (biológicas e humanas) presentes nos cursos de formação em Educação Física caracterizou-a como sendo da área biológicas/saúde por algumas instituições e, por outras, na área das ciências humanas. Deste modo, a formação básica é ampliada, fazendo com que a formação profissional seja diversificada nos atuais projetos de curso, seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais, que prevê uma ampla possibilidade de atuação profissional e o próprio mercado de trabalho, dado que hoje temos a presença do profissional de Educação Física em equipes multidisciplinares atuando em academias, hotéis, clínicas, hospitais, spas, clubes, empresas, indústrias, associações, prefeituras, o que implica numa formação profissional mais ampla. Não apenas o local de atuação é amplo, mas as possibilidades de intervenção, como rendimento físico, desempenho esportivo, reabilitação física, saúde coletiva, lazer, estética e ginástica laboral, dentre outras.

Com a ampliação da formação as novas abordagens pedagógicas da Educação Física escolar surgiram com o objetivo comum de romper com o modelo mecanicista, esportivista e tradicional que vinha sendo praticado.

Dentre as novas abordagens, a primeira a se destacar foi a da Psicomotricidade, também conhecida por educação psicomotora, foi o primeiro

modelo mais articulado contrário aos modelos anteriores (biologista e tecnicista) ao buscar garantir a formação integral do aluno com o ato de aprender (processos cognitivos, afetivos e psicomotores). A partir desta abordagem surgem novas preocupações para a Educação Física ao extrapolar os limites biológicos e de rendimento, passando a valorizar o conhecimento psicológico do aluno bem como defende uma ação educativa fundamentada a partir dos movimentos espontâneos da criança, ou seja, na formação da base motora.

O discurso e a prática da Educação Física sob essa influencia da psicomotricidade conduz à necessidade do professor se sentir com responsabilidades escolares e pedagógicas. Busca desatrelar sua atuação na escola dos pressupostos da instituição esportiva, valorizando o processo de aprendizagem, e não mais a execução de um gesto técnico isolado. (DARIDO; SOUZA NETO, 2008, p. 8)

O modelo Desenvolvimentista, proposto a partir da década de 1980, teve como principal representante no Brasil Go Tani, que se utilizou, principalmente, da fundamentação teórica de Gallahue e Connolly. (TRINDADE, 2007 p. 59)

Objetivando oferecer ao aluno condições de desenvolver seu comportamento motor por meio da diversidade e complexidade de movimentos foi inicialmente dirigida para crianças de 4 a 14 anos.

Os autores dessa abordagem defendem a idéia de que o movimento é o principal meio e fim da Educação Física, garantindo a especificidade do seu objeto. Sua função não é desenvolver capacidades que auxiliem a alfabetização e o pensamento lógico-matemático, embora isso possa ocorrer como um subproduto da prática motora. (DARIDO; SOUZA NETO, 2008, p. 9)

Na abordagem Construtivista-Interacionista, o aluno deve construir seu conhecimento a partir da interação com o meio, resolvendo problemas, com isso contrapõe-se ao ensino tradicional, em que o professor transmite o conhecimento, cabendo ao aluno a receptividade deste. Com isso contribui para a ampliação dos métodos de ensino em Educação Física, ao reconhecer a cultura corporal do aluno como ponto de partida para a intervenção educativa, e também no procedimento de solução de problemas pelos alunos.

A Crítico-Superadora, assim como a Sistêmica e a Crítico-Emancipatória encontram representação nas principais Universidades do país sendo que, na

Educação Física, tiveram grande influência dos educadores Demerval Saviani e José Carlos Libâneo. Com especificidades próprias baseia-se nos conhecimentos advindos da Sociologia e Filosofia, ao utilizar o discurso da justiça social, propõem que sejam consideradas a relevância social dos conteúdos, sua contemporaneidade e sua adequação as características sociais e cognitivas dos alunos.

A abordagem da Saúde Renovada pode aparentar semelhança ao higienismo, entretanto difere-se ao utilizar um enfoque sócio cultural às abordagens biológicas em que não há a exclusão (sedentários, obesos e deficientes).

Outra abordagem a ser considerada é a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), especialmente destinados aos dois últimos anos do Ensino Fundamental indicam uma possibilidade de aproximação entre as abordagens já propostas para a Educação Física ao procurar democratizar, humanizar e diversificar a prática pedagógica da área, buscando ampliar, de uma visão apenas biológica, para uma ação que incorpore as dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais dos alunos.

A partir do surgimento dessas novas abordagens pedagógicas na construção da área da Educação Física percebe-se a ampliação do campo de formação dos estudantes nos projetos de cursos, restrita num primeiro momento à Biologia e às técnicas esportivas, para uma formação básica mais abrangente, incorporando na sua formação acadêmica disciplinas da área das ciências humanas.

As abordagens acima relatadas não foram as únicas a propor mudanças na prática pedagógica da Educação Física. Outros estudiosos tais como: Betti, Ghiraldelli Junior, Mariz de Oliveira, Medina, Moreira e Perez propuseram diferentes abordagens bem como algumas que promoveram a mescla entre as tendências propostas por Mattos e Neira. Dentre elas cabe citar as abordagens com perspectivas humanista, fenomenológica, progressista, sócio-construtivista, revolucionária, crítica, sistêmica, plural, jogos cooperativos e cinesiologia.

4 DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE SOROCABA À FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA ACM



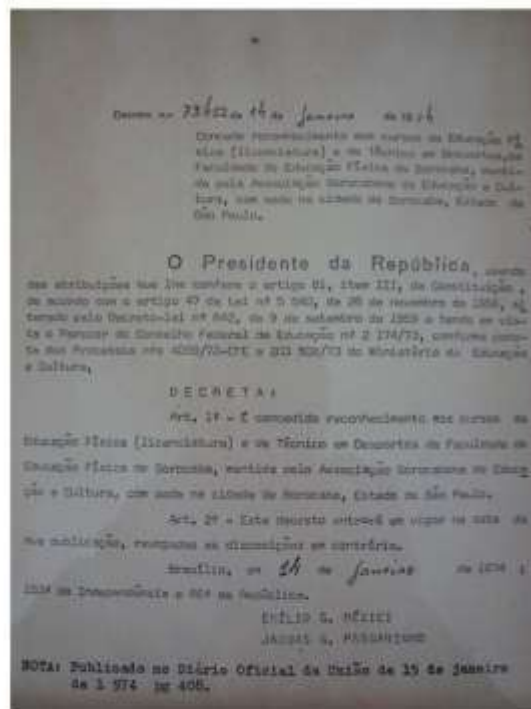
Capa do convite de formatura da 2ª Turma
Fonte <próprio autor>



Escola de Educação Física
Fonte <jornal Cruzeiro do Sul 19/02/1971>



Câmara terá sessão extra para Educação Física funcionar em 71
Fonte <jornal Cruzeiro do Sul 18/02/1971>



Decreto de reconhecimento da Faculdade
Fonte <Fefiso>

Figura 4 A Escola Superior de Educação Física de Sorocaba

A promulgação do Decreto 69450/71 que regulamentou a Educação Física resultou na valorização dos profissionais que possuíam essa formação superior específica e no aumento da procura por cursos voltados para a área, a associação ao esporte, em particular o futebol, que cresceu com o sucesso da Seleção Brasileira de Futebol em duas Copas do Mundo (1958 e 1962) sendo que, com o terceiro título na Copa de 1970, a predominância dos conteúdos esportivos em suas aulas, bem como com o processo de descentralização industrial de São Paulo (capital) com a criação de polos menores, ocasionando no incremento da integração entre a cidade e a região Metropolitana, facilitado com a inauguração da Rodovia Castelo Branco, em 1971, o que resultou no aumento na atividade econômica da cidade que passou a procurar por profissionais capacitados para as mais diversas áreas, proporcionou um cenário favorável para a criação da primeira Escola Superior de Educação Física de Sorocaba.

Tanto que, na edição do dia 10 de abril de 1970, o jornal Cruzeiro do Sul, traz a manchete que definia para maio a criação da FEFISO, e acrescentava que “...se todas as solicitações do Conselho Federal de Educação fossem atendidas a tempo, o processo que criava a Escola Superior de Educação Física de Sorocaba poderia entrar em pauta na próxima reunião, que estava marcada para maio”.

Mesmo com a pendência da aprovação para início das atividades, a Organização Sorocabana de Educação e Cultura (OSEC), por intermédio de um de seus diretores Conego André Pieroni e de seu presidente Cel. Paulo Marcondes, firmaram convênio com Serviço Social da Indústria (SESI) para a utilização da piscina e demais instalações esportivas, uma vez por semana, para as aulas práticas do curso e com o Colégio Salesiano para as aulas teóricas. Obteve também o apoio da Câmara de Vereadores e da Prefeitura Municipal de Sorocaba, que também firmaram convenio com a OSEC de modo a disponibilizar as praças esportivas da cidade para o curso vindouro.

Na edição de 25 de dezembro de 1970, o jornal Cruzeiro do Sul, informou a visita de três inspetores do CFE para janeiro a fim de examinar as dependências

onde seriam realizadas as aulas, enquanto não se construía suas novas instalações, que nunca chegaram a se concretizar.

Neste ponto cabe ressaltar que num período da história nacional em que os militares vinham se alternando no poder, a abertura de um novo curso superior na cidade chegou por intermédio de um militar, ou seja, tudo “conspirou” a favor do curso na cidade, tanto que, mesmo sem possuir a estrutura mínima necessária, a Faculdade de Educação Física de Sorocaba se instalou, em 1971, por iniciativa do Tenente Coronel da Polícia Militar Paulo Franco Marcondes e sua esposa Profa. Laila Miguel Sacker tendo como mantenedora a OSEC, sendo reconhecida, posteriormente, pelo Decreto no. 73452 de 14 de janeiro de 1974.

A Faculdade iniciou suas atividades contemplando em sua matriz os seguintes componentes curriculares:

Esportivas	Biológicas
Ginástica	Biologia
Volibol	Anatomia
Handebol	Higiene
Recreação	Socorros de Urgência
Natação	Cinesiologia
Basquetebol	Biometria
Atletismo	Fisiologia
Rítmica	
Futebol	
Organização de Educação Física e Desportos	
Pedagógicas	Filosóficas
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau	Psicologia da Educação
Didática	Filosofia
Prática de Ensino (Estágio Supervisionado)	Estudo dos Problemas Brasileiros

Quadro 1: Primeira matriz curricular da Escola de Educação Física de Sorocaba

Percebe-se a influência das concepções higienistas, militaristas e esportivista, ao priorizar componentes que privilegiam a formação de profissionais para atuação

na área escolar e desportiva, com uma proposta que priorizava o rendimento e o desempenho físicos.

Faziam parte de seu corpo docente os professores: Alexandre Jorge Miguel Abdalla, Alzira Pereira Petroni, Antonio Carlos Bramante, Aristocléa Oliveira Martins, Carlos Eduardo Walter, César Cassar Filho, Djalma Clarin Pereira, Dinorah Rocha Pimentel, Divo Barsotti, Francisco Amaral Silveira, Francisco Grando, Hélio Afonso Silva, Humberto Ferreira de Moura, Ivo Vecina Martin, Jaime Simões Rodrigues, João Hoffmam, José Antonio Ribeiro da Silva, José Antunes, Mario Cesar Valente, Mauro Soares Teixeira, Nilton Petroni, Nilton Rodrigues da Costa, Odinir Furlani, Paulo Aderbal Lari, Pedro Janini Filho, Tuffi Aidar Sobrinho.

Por não possuir uma sede própria, os alunos eram obrigados a uma constante necessidade de locomoção para participar das aulas que eram ministradas nas dependências do SESI, do Colégio Salesiano São José, Centros Esportivos da Prefeitura e no Clube de Campo do Automóvel Clube de Sorocaba que cediam seus espaços.

A Profa. Miriam Aparecida Ribeiro Borba Leme (2000), em sua dissertação de mestrado relata em entrevista realizada com Romeu Pires Osório (à época Secretário Geral da Associação Cristã de Moços - ACM) que o deslocamento dos alunos para frequentar as aulas muitas vezes chegava a ser de vários quilômetros sendo que nem sempre os alunos tinham conhecimento antecipado do local das aulas o que gerava conflitos entre o corpo discente, docente e a Direção da Instituição. Mesmo com as dificuldades de transporte vividas pelos alunos à época para participar das aulas tanto teóricas como práticas, em 1973 formou-se a primeira turma, no total de 170 novos professores de Educação Física pela Fefiso.

Entretanto, com a continuidade das dificuldades existentes que culminaram com a evasão dos alunos e por consequência, a diminuição na renda obtida com o pagamento de mensalidade acentuam-se os problemas administrativos, econômicos além das demandas jurídicas com professores e funcionários que foram demitidos.

Diante disto e, sem encontrar uma solução para seus problemas, em 1978 os alunos e professores sentiam-se inseguros pelos rumores acerca do encerramento das atividades pedagógicas da Faculdade.

Tal situação desencadeou uma procura por instituições que pudessem assumir o curso, abrindo a possibilidade de sua saída de Sorocaba ocasionando a perda de um “patrimônio” que já era reconhecida pelo poder público e autoridades locais. Na busca por uma nova mantenedora, Leme (2000) ainda relata que várias entidades de Sorocaba foram procuradas para assumir o curso sem obter grande sucesso até que se iniciam as negociações com a ACM.

Em setembro de 1978, finalizaram-se as negociações entre ACM e OSEC, passando a Faculdade de Educação Física de Sorocaba a chamar-se Faculdade de Educação Física da Associação Cristã de Moços de Sorocaba (FEFISO/ACM) iniciando em fevereiro de 1979 suas atividades na Rua da Penha, 680, sede da ACM de Sorocaba que, por já possuir atividades de caráter educacional, esportivo, de lazer e recreação necessitou de pequenas adaptações para receber as aulas teóricas e práticas. Com a sua transferência para a ACM de Sorocaba em 1978, a Faculdade encontrou um espaço que oferecia condições favoráveis para o desenvolvimento do Curso de Graduação em Educação Física e mais, encontrou um grupo de profissionais e voluntários empenhados em integrar os propósitos cristãos e educacionais na formação de profissionais competentes e comprometidos com a sociedade.

Na transferência a ACM de Sorocaba assumiu um corpo discente de 134 alunos, documentos e registros acadêmicos, os quais não foram localizados pela atual gestão da faculdade para a realização do presente trabalho, um corpo docente de 19 professores e uma biblioteca de aproximadamente 300 livros.

A manutenção da faculdade pode ser considerada importante tanto para a cidade de Sorocaba, como para a ACM visto que, se no início das atividades o curso não possuía sede nem estruturas próprias a realização de suas atividades, agora possuía não somente salas de aulas mas também piscina, quadras e demais espaços e infra estrutura necessários para a realização das atividades práticas.

O salto na qualidade do curso deveu-se em grande parte à existência de uma sede própria e dos recursos mencionados, bem como a sua localização (região central de Sorocaba e de fácil acesso), aspectos que contribuíram para o aumento de candidatos interessados que em menos de um ano, fizeram dobrar o número de matriculados.

Outro aspecto que contribuiu e, de certa maneira pode ter influenciado de maneira positiva a concretização da transferência para a ACM, foi o fato de já existir um corpo técnico que poderia ser utilizado para ministrar as aulas referentes aos componentes de prática esportiva bem como assimilação de alunos no corpo técnico da Associação atuando como estagiários. Se por um lado, a ACM foi obrigada a se adaptar a uma nova realidade pois houve a necessidade de se adaptar os horários das aulas teóricas e práticas do corpo discente com os horários das atividades e dos seus associados, por outro é a primeira ACM a agregar um curso superior de Educação Física, em sua organização.

Em janeiro de 1979 foi feito o primeiro Concurso Vestibular para ingresso na agora, Fefiso/ACM no qual 122 candidatos foram inscritos. As provas teóricas foram realizadas no Colégio Salesiano Dom José, e as provas de Aptidão Motora e os Exames Médicos foram realizados na ACM de Sorocaba. Para a direção da Faculdade, a Diretoria da ACM e o Secretário Geral Sr. Romeu Pires Osório, escolheram para o cargo o Professor Antonio Carlos Bramante, docente da Faculdade e também sócio da ACM, com destacada participação no cenário esportivo sorocabano e pelo conhecimento da filosofia e estrutura acemista.

Mesmo mantendo a matriz curricular sem alterações, foi um período de grandes mudanças, pois os alunos que já estavam no curso tiveram de se adaptar à nova estrutura administrativa que enaltecia conceitos de disciplina e humanismo. As normas regimentais foram rigorosamente cumpridas e o sistema de departamentos (de Educação, Gímnico Desportivo e de Ciências Médicas) foi reativado com reuniões periódicas de avaliação e planejamento.

A partir da década de 1980 com o aumento dos trabalhos científicos voltados para a Educação Física além das mudanças nos conceitos nas áreas da Fisiologia, Biomecânica e Ciências Sociais começaram as discussões acerca das mudanças necessárias para readequar a estrutura curricular do curso.

4.1 Mudanças na direção e no currículo

Em 1985, o então diretor Prof. Antonio Carlos Bramante pede o afastamento para residir nos Estados Unidos e realizar seus estudos de Doutorado, sendo

convidado para substituí-lo o Prof. José Guilmar Mariz de Oliveira, que por motivos particulares foi substituído já no ano seguinte pelo Prof. Milton Kazuo Hidaka, graduado em Educação Física e Secretário Executivo da ACM de Sorocaba. Observa-se aqui o início de uma alternância de diretores que necessariamente são acemistas o que fez com que ficasse clara a necessidade da manutenção dos princípios da ACM nos atos diretivos da Faculdade como pode ser observado no Artigo 1º, parágrafo terceiro do seu Estatuto.

§3º- As atividades desenvolvidas na ACM deverão estar sempre em harmonia com a sua missão, cujo texto é o seguinte: 'A Associação Cristã de Moços de Sorocaba é uma instituição filantrópica formada por voluntários e profissionais que, tomando por base os valores cristãos, procura oferecer oportunidades para o desenvolvimento e a promoção das pessoas, sob os aspectos espiritual, moral, físico e social'.

Com a resolução de nº 03/87 do CFE, de 16 de junho de 1987 estipulou-se que todas as instituições de ensino superior teriam até o segundo semestre de 1992. Esta resolução conferiu às Faculdades a autonomia necessária para configurarem os seus cursos de acordo com os interesses da região e a necessidade da comunidade.

Diante de tal resolução tiveram início os estudos para a reformulação curricular da FEFISO/ACM sendo concluído e enviado para o CFE em novembro de 1989 e aprovado em 1990, para o curso de Licenciatura Plena em Educação Física.

A partir de 1992, de acordo com a pesquisa realizada em histórico escolar do período, foi implantada a nova grade curricular, contemplando 3156 horas/aulas para o curso de Licenciatura Plena em Educação Física, passando a ser realizado em 08 semestres letivos com os seguintes componentes curriculares:

Esportivas	Biológicas
Atletismo I e II	Anatomia Aplicada a Educação Física I e II
Futebol I e II	Biologia Humana I e II
Ginástica I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII	Fisiologia do Exercício I e II
Handebol I e II	Socorros de Urgência I e II
Organização da Educação Física e Desportos	Bioquímica e Nutrição
Basquetebol I e II	Desenvolvimento Motor
Dança	Higiene I e II
Natação I e II	Aprendizagem Motora
Rítmica I e II	Cinesiologia I e II
Medidas e Avaliação em Educação Física I e II	
Voleibol I e II	
Lazer e Recreação I e II	
Metodologia do Treinamento Desportivo I e II	
Pedagógicas	Filosóficas
Língua Portuguesa I e II	Estudos dos Problemas Brasileiros I e II
Estatística e Metodologia da Pesquisa Científica I e II	História da Educação Física e a Sociedade
Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio I e II	Ética Profissional
Prática de Ensino I e II	Filosofia da Educação I e II
Estágio Supervisionado I, II e III	Psicologia da Educação I e II
Didática Geral e da Educação Física I e II	Sociologia I e II
Educação Física Infantil I e II	

Quadro 2: Matriz curricular do curso de licenciatura plena da Fefiso/ACM

Com as alterações promovidas na matriz curricular do curso, este passou a contar com o aumento das disciplinas, não somente das áreas biológica e esportiva como também da área pedagógica seguindo a intenção de se distanciar das tendências competitivistas vigentes até então para proporcionar aos alunos o acesso de novas perspectivas sobre a prática profissional, tanto que, com o objetivo de incentivar a pesquisa acadêmica, no desenvolvimento de projetos científicos com a possibilidade de ampliação para projetos mais elaborados junto à comunidade ou outras Instituições foi inaugurado o Centro de Estudos da FEFISO/ACM (CEFEFISO), segundo Leme (2000, p. 61)

Como se pode observar no decorrer do trabalho, a formação do profissional em educação física esteve sempre vinculada a determinadas tendências, sejam elas militarista, higienista, esportivista ou mais atualmente as abordagens desenvolvimentista, construtivista-interacionista, crítico superadora, o que se observa é que cada vez mais se procura aproximar o curso das temáticas voltadas para a escola. Entretanto, não há como abandonar ou deixar de citar que apesar da existência de várias tendências o que se observa na prática, é a predominância de uma em relação à outra sem deixar de utilizar conhecimentos e práticas outrora consideradas ultrapassadas.

4.2 Nova mudança de direção e currículo

Em 1993, o Professor Milton Kazuo Hidaka solicitou seu afastamento sendo nomeado para substituí-lo o Prof. Vítor Miguel Damásio, graduado em Educação Física, Secretário Executivo da ACM de Sorocaba e docente da Disciplina de Atletismo, que permaneceu na direção da Faculdade até setembro de 1998 quando ocorreu nova mudança, assumindo o cargo de Direção a Profa. Miriam Aparecida Ribeiro Borba Leme, formada em Educação Física sendo a atual diretora da instituição quebrando o ciclo de diretores advindos dos quadros (seja societário ou administrativo) da ACM, bem como sendo a primeira mulher a assumir a direção da instituição.

Em janeiro de 2001, o Jornal Cruzeiro do Sul relata o recorde de candidatos realizando o vestibular da Fefiso/ACM "...480 inscritos para cem vagas (cinquenta no período diurno e cinquenta no período noturno) com abstenção de 5% na prova teórica" o que segundo a direção refletia ao novo conceito dado à profissão além do currículo que correspondia às necessidades de mercado.

Em 18 de fevereiro de 2004, com a publicação da Resolução nº 1, o curso passou por uma nova reformulação curricular oferecendo duas modalidades de cursos de Educação Física: Bacharelado e Licenciatura.

No caso da Resolução citada o curso de Licenciatura (2840 horas/aulas) possibilita ao profissional atuar na educação formal desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. A licenciatura tem a seguinte matriz curricular:

Biológicas	Pedagógicas
Bases e fundamentos da Anatomia Sistemática I e II	Bases Pedagógicas de Inclusão em Educação Física
Bases e fundamentos da Biologia Humana I e II	Didática I e II
Bases e fundamentos da Cinesiologia I e II	Estágio I, II e III
Bases e fundamentos da Fisiologia Humana I e II	Libras
Bases Metabólicas	Metodologia da pesquisa científica I e II
Biometria I e II	Política educacional no Brasil I e II
Crescimento, Desenvolvimento e Aprendizagem Motora	Prática de Ensino I, II, III, IV, V e VI
Motricidade Humana	Produção Textual
Saúde e Urgências na Educação Física	Seminários de pesquisa
Esportivas	Filosóficas
Fundamentos e práticas rítmicas	Dimensões éticas e culturais da atuação profissional
Ginásticas	Filosofia e Educação I e II
Lazer e Recreação	Fundamentos sócio-antropológicos da motricidade humana I e II
Lazer e Sociedade	Psicologia do desenvolvimento humano
Metodologia do treinamento em esportes	Psicologia e Educação I e II
Oficinas de movimento intencional	
Pedagogia dos Esportes Coletivos I, II, III e IV	
Pedagogia dos Esportes Individuais	
Práticas Aquáticas	
Princípios e fundamentos Gímnicos I e II	

Quadro 3 : Matriz curricular do curso de licenciatura da Fefiso/ACM

Os Cursos de Educação Física norteados pela Resolução 07/2004 CNE/CES, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena habilita o Profissional de Educação Física para atuação em todo e qualquer segmento de mercado inerente à área (Bacharelado), excetuando-se a Educação Básica. O Bacharelado tem a seguinte matriz curricular:

Esportivas	Biológicas
Atividade Física para Grupos Especiais	Bases e Fundamentos da Anatomia Sistemática I e II
Condicionamento Físico e Treinamento Personalizado	Bases e Fundamentos da Biologia Humana I e II
Dança e Educação Física	Bases e Fundamentos da Cinesiologia I e II
Esportes Aquáticos	Bases e Fundamentos da Fisiologia Humana I e II
Fundamentos e Práticas Rítmicas	Bases e Fundamentos da Fisiologia do Exercício
Gestão de Eventos e Serviços em Educação Física	Biomecânica
Ginásticas	Biometria I e II
Lazer e Recreação	Bioquímica
Lazer e Sociedade	Crescimento, Desenvolvimentos e Aprendizagem Motora.
Marketing em Educação Física e Eventos	Motricidade Humana
Metodologia do Treinamento em Esportes	Saúde e Urgências em Educação Física
Oficinas de Movimento Intencional	
Pedagogia dos Esportes Coletivos I, II, III, IV.	
Pedagogia dos Esportes Individuais	
Práticas Aquáticas	
Práticas e Atividades Complementares em Educação Física I, II, III, IV.	
Princípios e Fundamentos Gímnicos I e II	
Pedagógicas	Filosóficas
Bases Pedagógicas de Inclusão em Educação Física	Bases e Fundamentos da Filosofia I e II
Didática I e II	Dimensões Éticas e Culturais da Atuação Profissional
Estágio Supervisionado I, II, III e IV.	Fundamentos Antropológicos da Motricidade Humana II
Metodologia da Pesquisa Científica I e II	Fundamentos Sócio Antropológicos da Motricidade Humana I
Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso	Psicologia do Esporte
Produção Textual	
Seminários de Pesquisa	

Quadro 4: Matriz curricular do curso de bacharelado da Fefiso/ACM

Além dos cursos de graduação em Educação Física, a FEFISO/ACM implantou em 1997 o seu primeiro curso de pós-graduação, no nível de Especialização Lato Sensu em Treinamento Desportivo e Atividade Física e Saúde no Ciclo Vital.

Com a criação da Central de Cursos e Pós-Graduação a FEFISO/ACM procura ampliar o seu campo de atuação na formação profissional em Sorocaba e

região sem deixar de lado os preceitos que norteiam a ACM que é o de formar especialistas com orientação humanística, que atendam as exigências e interesses do meio e que sejam capazes de transformá-lo, como agentes facilitadores da apropriação dos elementos que fazem parte da cultura corporal, segundo as necessidades do desenvolvimento da sociedade. Visando estimular o desenvolvimento da pesquisa e investigação científica como princípios fundamentais da ação educativa, reforçando o compromisso com a capacidade de reconstrução permanente do conhecimento e da formação contínua.

Atualmente a FEFISO/ACM oferece os cursos:

- Educação Física Escolar (360 horas/aulas) que objetiva qualificar e atualizar o Profissional de Educação Física por meio de sólida fundamentação científica (e suas vivências) e conhecimentos didático-pedagógicos da Educação Física Escolar.

Estrutura Curricular
Metodologia da Pesquisa Científica
Processos Pedagógicos
Introdução aos Conteúdos Gerais da Educação e da Educação Física no Brasil
Tendências e Abordagens da Educação Física Escolar
Didática da Educação Física
Avaliação Pedagógica: Competências e Habilidades
Psicologia Educacional
Educação Ambiental e a Educação Física Escolar
Diferenças e Preconceitos na Escola
Fisiologia do Desenvolvimento Humano
Nutrição na Escola
Psicomotricidade na Escola
Aptidão Física e Saúde na Escola
Cinesiologia Aplicada
Fisiologia Aplicada
Primeiros Socorros na Escola
Avaliação Física, Reeducação Postural e Ergonomia na Escola
Conteúdos da Educação Física Escolar
Jogo na Escola
Dança na Escola
Esporte na Escola
Luta na Escola
Ginástica na Escola
Educação Física Escolar da Educação Infantil ao Ensino Médio
Educação Física na Educação Infantil
Educação Física da 1ª a 5ª série do Ensino Fundamental
Educação Física da 6ª a 9ª série do Ensino Fundamental
Educação Física no Ensino Médio

Quadro 5: Matriz curricular do curso de Pós Graduação em Educação Física Escolar

Corpo docente e convidados
Prof. Ms. Maurício Cobianchi de Oliveira
Prof. Ms. Otávio Augusto Soares Machado
Prof. Esp. Fábio Gianolla
Profa. Ms. Sylvia Fernandes Labrunetti Marcelo
Prof. Ms. Maurício Massari
Profa. Ms. Edna A. Murat
Prof. Ms. Evandro D. Corvino
Profa. Ms. Patricia Berbel Leme de Almeida
Prof. Ms. Cláudio Murat
Profa. Ms. Íris Adriane Santoro Cardoso
Prof. Ms. Eduardo Borges
Prof. Ms. Gerônimo Miguel Cardia
Prof. Esp. Danielle Berbel
Prof. Ms. Sérgio Ricardo Boff
Prof. Ms. Leodir Francisco Ribeiro
Prof. Ms. Marco Aurelio Bugni
Profa. Dra. Gisele de Oliveira
(e convidados)

Quadro 6: Corpo docente do curso de Pós Graduação em Educação Física Escolar

- Curso de Personal Training - metodologia da preparação física personalizada (360 horas/aulas) que, fundamentado em base técnico-científica, abrange os aspectos específicos do Personal Training quanto aos conhecimentos fisiológicos e metodológicos para a elaboração, prescrição e aplicação de programas de atividade física personalizada em academias, clínicas e instituições; e com os diversos tipos de clientes.

Estrutura Curricular
Metodologia da Pesquisa Científica
Bases Fisiológicas e Cinesiológicas do Treinamento Físico Personalizado
Anatomia Aplicada
Fisiologia Humana Aplicada
Cinesiologia Humana Aplicada
Biomecânica Aplicada
Avaliação Física e Composição Corporal
Primeiros Socorros e Principais Lesões
Nutrição e Suplementação
Prescrição do Exercício Personalizado
Musculação
Ginástica Localizada
Treinamento Funcional
Ginástica Corretiva
Flexibilidade
Atividades Aquáticas
Atividades Aeróbias
Periodização e Métodos de Treinamento
Sistema Imunológico e Prescrição de Exercício para Doenças Neurológicas/Aids/Câncer
Prescrição de Exercício para Grupos Especiais
Prescrição de Exercício para Mulheres e Gestantes
Prescrição de Exercício para Crianças e Adolescentes
Prescrição de Exercício para a Terceira Idade
Lutas
Studio de Personal
Administração, Marketing Aplicado, Marketing Pessoal, Atendimento ao Cliente e Conduta Ética
Psicologia (A inter-relação Professor/Aluno)
Montagem de Studio de Treinamento
Técnicas Complementares e Relaxamento

Quadro 7: Matriz Curricular do curso de Pós Graduação em Personal Training

Corpo docente e convidados
Prof. Ms. Maurício Cobianchi
Prof. Ms. Otávio Augusto Soares Machado
Prof. Esp. Fábio Gianolla
Profa. Ms. Sylvia Fernandes Labrunetti Marcelo
Prof. Ms. Evandro D. Corvino
Profa. Ms. Patricia Berbel Leme de Almeida
Prof. Esp. Valter Silva
Prof. Ms. Eduardo Borges
Prof. Esp. Emerson Del Cistia
Prof. Ms. Sérgio Ricardo Boff
Prof. Drd. Paulo Marchetti
Profa. Drd. Gisele de Oliveira
Profa. Esp. Elisabete Lopes Soares
Prof. Esp. Francisco Adamecz Filho
Prof. Ms. Cláudio Bacci
Prof. Ms. Rodrigo Dias
Prof. Ms. Cláudio Assumpção
Profa. Esp. Sandra Andrade
(e convidados)

Quadro 8: Corpo docente do curso de Pós Graduação em Personal Training

4.3 A Infraestrutura da Faculdade

Ao ser encampado pela ACM, o curso passou a utilizar toda a infraestrutura que ela possui para o desenvolvimento de suas aulas que, de um início um tanto quanto desolador, no qual esta era precária ou até mesmo inexistente, passou a se constituir numa das principais qualidades da faculdade sendo a única da região a possuir três campi destinados à formação em Educação Física.

Na Unidade Centro, se localizam as Salas de Aulas, Vestiários, 04 Quadras Poliesportivas, Piscina coberta e aquecida, Sala de Musculação; Laboratório de Anatomia; Laboratório de Fisiologia; Laboratório de Bioquímica; Laboratório de Práticas Pedagógicas; Laboratório de Fisiologia do Exercício; Laboratório de Cinesiologia/Biomecânica; Laboratório de Comportamento Motor; Laboratório de Cineantropometria, Biblioteca e a Secretaria e Administração da ACM e da Faculdade.

Na Unidade Jardim São Paulo possui Parque aquático com 03 piscinas, Campo de Futebol, Pista de Atletismo, 02 Quadras de tênis, Ginásio poliesportivo "Dr. Pedro Peres Filho", Ginásio poliesportivo "Dr. Hélio Teixeira Callado", Sala de Condicionamento Físico, 01 cancha de bocha, Lanchonete, Salão Recreativo e as Futuras Instalações da Sede Social. E a Unidade Represa Itupararanga possui Chalé com Banheiro Privativo, Refeitório, Cozinha Industrial, Salão Social com Lareiras e Televisão, Salão de Jogos, Churrasqueiras Cobertas, Cozinhas, Área de Pic-Nic na Margem da Represa, Quadra poliesportiva, Vestiários, Lanchonete, Campo de Futebol, Estacionamento, Ampla Área para Caminhada, Trilhas Ecológicas, Garagem para Embarcações, Rampas de Acesso de Barcos para Represa.

É claro que toda essa estrutura é destinada para os sócios da ACM e pode ser utilizada pelos alunos da faculdade nos horários em que não há aulas além da possibilidade de desenvolvimento de estágio curricular não obrigatório, com o oferecimento de bolsa de estudos integral, em seus diversos setores possibilitando ao aluno ampliar os seus conhecimentos aliando teoria e prática.

A Biblioteca Prof. Elson Vieira do Amaral, nome dado em homenagem a secretário da Faculdade que lá trabalhou por quinze anos, está localizada no 4º andar da faculdade no Campus Centro e é adequado para as pesquisas acadêmicas e científicas em Educação Física e conta hoje com mais de 6000 títulos específicos na área e com a permanente aquisição dos mais recentes lançamentos semestralmente. Conta, também, com a assinatura de periódicos diversos de interesse geral e específico em Educação Física, a fim de disponibilizar informações atualizadas aos alunos e professores da FEFISO/ACM e também aos sócios, profissionais e funcionários da ACM. Possui uma área total de 225,40m² com 51,60 m² destinados ao acervo, 159,49m² destinados a salas de leituras além de 4 computadores disponibilizados aos alunos.

Especificação de Assuntos	Números de Títulos	Quantidade de Volumes
Generalidades	042	088
Filosofia/Pedagogia	354	621
Religião	011	026
Ciências Sociais/ Estatísticas		
Ciências/ Política/ Educação	554	974
Filosofia/ Linguística	026	038
Ciências Puras/Ciências biológicas	077	132
Ciências Aplicadas/Medicina Tecnologia	414	174
Artes/Desenhos/Arquitetura Pintura	010	016
Divertimentos/Jogos/Esportes Coreografia	2134	4153
Literatura	131	177
História/Geografia/Biografia	047	056
Total	3800	7028

Quadro 9: Acervo de livros da biblioteca Prof. Elson Vieira do Amaral

Área de Conhecimento	TÍTULOS			FASCÍCULOS		
	Nacionais	Estrangeiros	Total	Nacionais	Estrangeiros	Total
Obras Gerais	09	01	10	1177	01	1178
Filosofia/Psicologia	01	-	01	060	-	060
Religião	04	-	04	202	-	202
Ciências sociais	09	-	09	304	-	304
Filologia	-	-	00	-	-	000
Ciências puras	04	-	04	217	-	217
Ciências aplicadas	04	-	04	237	-	237
Artes/Esportes	16	02	18	640	12	652
Literatura	-	-	00	-	-	000
História/Geografia/ Biografia	-	-	00	-	-	000
TOTAL	047	03	49	2837	13	2850

Quadro 10: Acervo de Periódicos da biblioteca Prof. Elson Vieira do Amaral

Tipo de Mídia	Quantidade
Vídeos	202
Slides	1139
Fita Cassete	020

Quadro 11: Acervo de Áudio Visuais da biblioteca Prof. Elson Vieira do Amaral

Durante os seus 39 anos de existência, o que se pode observar na Fefiso é, que de um início em que dependia da boa vontade (sendo que na maioria das vezes

não a encontrava) da cidade para a sua instalação bem como as dificuldades advindas de um curso novo, o fato de haver sido encampada pela ACM, bem como todas as mudanças sofridas no currículo do curso e na formação profissional, fizeram com que ela conseguisse se firmar no cenário acadêmico sorocabano como uma das principais instituições de ensino responsáveis pela formação de profissionais que, no decorrer do tempo, seja atuando pela ACM ou lecionando no curso fizeram com que a Educação Física ocupasse lugar de destaque.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Aula – Vôlei
Fonte <Relações Públicas ACM>



Mostra Anual de Produção Acadêmica
Fonte <Relações Públicas ACM>



Atividades Aquáticas
Fonte <Relações Públicas ACM>



Atividade Campo – Unidade Jd. São Paulo
Fonte <Relações Públicas ACM>

Figura 6: Atividades Fefiso/ACM

Ao se pesquisar a história de uma instituição escolar de ensino superior, observa-se a existência de uma série de fatos e fatores que afetam e influem na sua constituição e que podem ser considerados marcos históricos de uma época.

No caso mais específico da Educação Física, percebeu-se, em sua origem no Brasil e no decorrer do tempo, a modificação dos seus objetos e propostas educacionais que ainda hoje influenciam a formação profissional e sua prática. Influenciada pela elite dominante, serviu de base de sustentação e legitimação da ideológica, sendo que, durante o seu desenvolvimento procurou (e ainda procura) adquirir uma identidade a fim de delimitar seu espaço na sociedade, mudando a imagem de mera reprodutora de gestos motores para uma atuação mais complexa, crítica e reflexiva em que há a inter-relação entre uma profissão regulamentada, uma prática pedagógica e uma área de investigação científica.

Entretanto, ao voltar à pergunta inicial do trabalho “O que motivou a abertura de um curso superior em Educação Física em Sorocaba?” percebeu-se que houve o “mérito”, não se deve negar, da direção da OSEC em vislumbrar um cenário em que a promulgação do decreto regulamentando a atuação profissional no ensino básico, resultou na valorização daqueles que possuíam a formação superior, associado ao desenvolvimento econômico da cidade e aumento na demanda de profissionais para atuar na escola. Por outro lado, observou-se também que o vislumbre encontrou suas dificuldades, pois como iniciar um curso superior sem instalações próprias, ainda mais um curso de Educação Física em que além das salas de aulas necessita de uma estrutura mais complexa formada por campos, quadras e materiais esportivos diversos?

Em busca desta estrutura, foi iniciado o processo de instalação da Escola Superior de Educação Física em Sorocaba. Para conseguir autorização junto ao Ministério da Educação, a primeira exigência a ser atendida foi encontrar espaços para a realização das aulas, o que foi conseguido com a assinatura de convênios com a Prefeitura, Sesi e Colégio Salesiano.

Como uma instituição de ensino superior consegue reconhecimento sem possuir uma estrutura própria e dependendo de parcerias com outras instituições de Sorocaba? Neste momento paira uma dúvida, num período da história nacional em que os militares se alternavam no poder o pedido de abertura do novo curso partiu

de um militar, o então presidente da OSEC, Cel. Paulo Marcondes. Se isto influenciou favoravelmente para o reconhecimento da faculdade, não há como afirmar, mas que isto provavelmente deva ter pesado de modo favorável entende-se que sim, pois este o apoio veio também da Câmara de Vereadores e da Prefeitura Municipal, enquanto autoridades politicamente instituídas e em consenso com o ideário político da época.

Com o início das atividades acadêmicas, seu reconhecimento e a formação das primeiras turmas, o curso começou a enfrentar dificuldades e a busca por aqueles que o apoiaram no início não rendeu os frutos esperados visto que o poder público não aceitou (ou não quis) assumir o ônus pelo funcionamento da faculdade: continuava sem prédio, sem instalações exigidas, com atendimento irregular aos alunos no que dizia respeito ao local das aulas, ou seja, sem regularidade e organização. O curso estava propenso a ser fechado. Na busca de quem assumiria sua continuidade, a única instituição que se apresentou com vontade e condições de responder pela faculdade foi a ACM.

Por ser uma associação que já possuía toda a estrutura necessária para a prática esportiva, importante para a realização das aulas práticas, bem como corpo técnico que foi aproveitado para o curso, necessitou de algumas adaptações para a criação dos espaços para as aulas teóricas. Neste aspecto, a negociação favoreceu tanto a OSEC, que transferiu seus problemas para a nova mantenedora como fortaleceu a ACM no seu papel de desenvolver a promoção das pessoas, sob os aspectos espiritual, moral, físico e social. Para a cidade significou a preservação de um curso universitário organizado e com plenas condições de funcionamento sem precisar onerar os cofres públicos ou efetivar novos convênios.

A partir do momento em que o curso passou a ser chamado Fefiso/ACM, além da estrutura privilegiada existente, pois não há na região uma instituição que possua algo semelhante, a mantenedora possibilitou aos ingressos um salto qualitativo no aprendizado, pois os alunos tinham a oportunidade de estagiar nos diversos setores da ACM com a possibilidade de efetivação quando da conclusão do curso, bem como a realização de intercâmbios com as outras ACMs pelo mundo, tendo o curso já enviado alunos para outros países bem como recebido devotiros vários.

É inegável a importância da ACM na manutenção do curso em Sorocaba, entretanto esta só aceitou o desafio por encontrar na sua estrutura reais condições de assumi-lo além de vislumbrar também um modo de conseguir destaque entre as outras ACMs existentes, sendo a única no Brasil a manter um curso superior

A Fefiso/ACM, em seus 39 anos de existência consegue manter a sua tradição na formação de profissionais da área sendo um dos fatores a privilegiada estrutura do curso que permite ao lado deste o ingresso a utilização de todas as dependências da instituição aproximando-os da prática.

Cabe ressaltar que, como resultado de uma política neoliberal dos dias atuais em que, com oferta indiscriminada de cursos de ensino superior, observa-se hoje o mesmo cenário encontrado quando da abertura do primeiro curso na cidade. No Estado de São Paulo são 134 instituições cadastradas segundo o Ministério da Educação das quais cinco se encontram na cidade de Sorocaba.

Com isso, restam ainda as seguintes dúvidas, até onde a Educação Física, na sua busca por uma identidade, ficará sujeita aos caprichos dos gabinetes? O que faz com que o aluno opte por ingressar em um curso em que a estrutura inexistente ou é precária? São estas as perguntas que guardo para um futuro que espero não ser distante.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Claudia. A escrita da história da educação na pós-graduação no Rio de Janeiro (1972-2001). *Pesquisa em história da educação no Brasil*, Rio de Janeiro, 2005.
- ALMEIDA, Aluísio de. *Sorocaba: 3 séculos de história*. Itu: Ottoni, 2002.
- _____. *História de Sorocaba*. Sorocaba: I.H.G.G, 1969.
- AZEVEDO, A. C. B.; MALINA, A. Memória do currículo de formação profissional em educação física no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências e Esportes*. Campinas, v. 25, n. 2, p. 129-142, jan. 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino médio*. Brasília: MEC. Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999.
- BETTI, Mauro. *Educação física e sociedade*. A educação física na escola brasileira de 1º e 2º graus. São Paulo: Movimento, 1991.
- BETTI, Mauro; BETTI, Irene C. Rangel. Novas perspectivas na formação profissional em educação física. *Revista Motriz*, Rio Claro, v. 2, n. 1, p. 10-15, jun. 1996.
- CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Papirus, 1988.
- DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade. *Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- _____. *Educação física na escola: questões e reflexões*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- FACULDADE DE EDUCACAO FÍSICA DA ACM DE SOROCABA. Disponível em: <<http://www.fefiso.edu.br/index.php>>. Acesso em: 08 ago. 2010.
- FERNANDES, Rogério; MAGALHÃES; Justino Pereira de. Contributo para a história das instituições educativas – entre a memória e o arquivo. In: PARA A HISTÓRIA do Ensino Liceal em Portugal – Actas dos colóquios do I Centenário da Reforma Jaime Moniz (1894-1895). Braga, 1999.
- FOURNIER; Martine. Paixão pelo corpo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 89, 10 maio 2009. Caderno Mais, p. 10.
- FREIRE, João Batista. *Educação de corpo inteira: teoria e prática da educação física*. São Paulo: Scipione, 1989.
- FREITAG, Bárbara. *Política educacional e indústria cultural*. São Paulo: Autores Associados, 1989.

FRIOLI, Adolfo; BONADIO, Geraldo. *Sorocaba 350 anos: uma história ilustrada*. Sorocaba: Fundação Ubaldino do Amaral, 2004.

GATTI JR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: GATTI JR, Décio; ARAÚJO, José Carlos Souza. *Novos temas em história da educação brasileira: Instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados, 2002.

GATTI JR, Décio; ARAÚJO, Lucinete Marlúcia Vitor. Escola de Engenharia de Uberlândia: desafios e perspectivas históricas. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, n. 3, p. 139-146, jan/dez, 2004.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *Educação física progressista: a pedagogia crítico social dos conteúdos e a educação física brasileira*. 7. ed. São Paulo: Loyola.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A história em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1981.

LEIS, Nilson. *A caracterização do processo de urbanização e industrialização: o caso de Sorocaba*. 1995. 130f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995

LEME, Mirian Aparecida Ribeiro Borba. A formação de profissionais em educação física: um estudo das representações sociais dos (as) estudantes da FEFISO/ACM de Sorocaba. 2000. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2000

LEMO, Cristiane Lopes Simão; ARAÚJO, José Carlos de Souza. A Faculdade de Odontologia de Uberlândia, Minas Gerais (1965 - 1970). *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, n. 2, jan./dez. 2003.

MAGALHAES, J. P. Tecendo Nexos. *História das instituições educativas*. Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco, 2004.

MARINHO, Inezil Penna. *História geral da educação física*. São Paulo: Cia Brasil, 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MASSARI, Maurício. *Educação física escolar e a cultura do corpo em sociedades capitalistas*. 2004. 122f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2004.

MELLO, Victor Andrade de. *História da educação física e do esporte no Brasil: panorama, perspectivas e propostas*. São Paulo: Ibrasa, 1999.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. *Ajuda externa para a educação brasileira: da UDAID ao Banco Mundial*. Cascavel: EDUNIOESTE, 1999.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. *EccoS – Revista Científica*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 351 – 368, jul./dez. 2005a.

_____. Educação superior e desenvolvimento no Estado de São Paulo. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, n. 4 - jan./dez. 2005b.

_____. *As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico*. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_088.html> Acesso em: 20 jan. 2010

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): história e historiografia. *Educação e Pesquisa*. 2002, vol.28, n.1, p. 51-75.

OLIVEIRA, Vitor Marinho. Formação profissional: primeiras influências. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 4-13, jan. 1998.

_____. (Org.). *Fundamentos pedagógicos da educação física*. Rio de Janeiro: Ao Livro técnico, 1987.

PERONDI, Eduardo. A revolução burguesa no Brasil. *Em Debate Revista Digital*, 2007, n. 2. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~lastro/revista/edicoes/02/RevolucaoBurguesa/RevolucaoBurguesanoBrasil.htm>. Acesso em: 01/08/2009

PONCE SPERATTI, Aníbal. *Educação e luta de classes*. São Paulo: Fulgor, 1963.

REVISTA ENSINO SUPERIOR. Cursos em Sorocaba. São Paulo: Segmento, n. 142, 2010.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

SAMPAIO, Helena. *Ensino superior no Brasil: o setor privado*. São Paulo: FAPESP/HUCITEC. 2000.

SANFELICE, José Luis. História, instituições escolares e gestores educacionais. Revista HISTEDBR on-line. Número especial, Ago/2006 disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art4_22e.pdf. Acesso em 23/10/2008

SAVIANI, D. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, Ana Márcia et al. A formação profissional em educação física e o processo político social. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 12, n. 2, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/viewArticle/6588/4960>. Acesso em: 10 maio de 2010

SILVA, Flora Cardoso da. *A Faculdade de Tecnologia de Sorocaba: antecedentes e primeiros anos (1971-1981)*. 2008. 248 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2008.

SOARES, C. L. *Educação física: raízes européias e Brasil*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

SOROCABA 350 anos: uma história ilustrada. Sorocaba: Fundação Ubaldino do Amaral, 2004.

SOUSA, Paulo Roberto Carvalho de. A reforma universitária de 1968 e a expansão do ensino superior federal brasileiro: algumas ressonâncias. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, MG, n. 7, p. 117-134, jan./dez. 2008.

SOUZA NETO, Samuel de et al. A formação do profissional de educação física no Brasil: uma história sob a perspectiva da legislação federal no século XX. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 25, n. 2, p. 113-128, jan. 2004

TRINDADE, Patricia Mano. *O curso de educação física: a questão da formação acadêmica na visão de seus agentes*. Campinas: Unicamp, 2007.

VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. M. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIEIRA, Carlos Eduardo; GONDRA, Jose Gonçalves. Mapas da produção em historia da educação. In: GONDRA, Jose Gonçalves (org.) *Pesquisa em historia da educação no Brasil*, Rio de Janeiro: DP&A, 2005.